

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL DE ARAUJO BARADEL

POLÍTICA EXTERNA E AS MUDANÇAS GOVERNAMENTAIS NO BURKINA
FASO: DA INDEPENDÊNCIA ATÉ OS GOLPES DE 2022 (1960-2022)

Uberlândia

2025

GABRIEL DE ARAUJO BARADEL

**POLÍTICA EXTERNA E AS MUDANÇAS GOVERNAMENTAIS NO BURKINA
FASO: DA INDEPENDÊNCIA ATÉ OS GOLPES DE 2022 (1960-2022)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como pré-requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro
Tchinhama

Uberlândia

2025

GABRIEL DE ARAUJO BARADEL

**POLÍTICA EXTERNA E AS MUDANÇAS GOVERNAMENTAIS NO BURKINA
FASO: DA INDEPENDÊNCIA ATÉ OS GOLPES DE 2022 (1960-2022)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia e Relações
Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia como pré-requisito para a obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro
Tchinhamá

Uberlândia, 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá (IERI-UFU)

Prof. Dr. Áureo de Toledo Gomes (IERI-UFU)

Prof. Dr. João Fernando Finazzi (IERI-UFU)

Aos meus pais, que ao longo de suas jornadas me apoiaram para que eu pudesse chegar onde estou, e escutaram os meus egoísmos para que eu pudesse tomar as rédeas da minha própria jornada, dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Laurindo, agradeço por ter abraçado o projeto desde o início. Sem a sua orientação, não teria sido possível chegar em uma delimitação do tema possível para esse trabalho de conclusão de curso, mas que ao mesmo tempo me fosse inspirador o suficiente para que eu conseguisse me dedicar a ele. Muito menos seria possível progredir em seu desenvolvimento sem as inúmeras conversas que tivemos durante esse trajeto, com sugestões, conselhos e orientações imprescindíveis para atingir esse resultado.

Aos meus colegas, agradeço por esses últimos 8 semestres de emoções, onde muitas coisas aconteceram, e sem eles esse tempo não teria passado na rapidez que passou.

Agradeço a minha família pelos momentos necessários de descanso durante essa jornada. Sem essas tréguas, eu não teria aguentado. Aproveito e agradeço aos meus amigos, que estiveram ao longo dessa jornada proporcionando boas gargalhadas e discussões, que definitivamente me ajudaram a descontraír.

Finalmente, agradeço a Universidade Federal de Uberlândia pela oportunidade de ter, durante essa jornada, conhecido um pouco mais sobre mim mesmo, de conhecer pessoas maravilhosas, professores excepcionais, e uma experiência de vida que será guardada para sempre.

*“Os inimigos do povo são aqueles que os
mantém na ignorância.”*

(Sankara, 1983)

RESUMO

O trabalho pretende investigar o impacto da política externa do Burkina Faso com as mudanças governamentais da independência até o golpe de 2022 (1960-2022), a partir da lente do neocolonialismo e da *Postcolonie*. Para tanto, questiona-se como as mudanças governamentais impactaram concretamente a condução da política externa do Burkina Faso entre 1960 e 2022? Adota-se uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória por se tratar de um tema específico e de conteúdo insuficiente para que se possa ter uma visão mais ampla sobre ele. Foi inicialmente realizado um estudo cronológico das mudanças de governo no Burkina Faso durante o período proposto e posteriormente foi feito um estudo da condução da política externa por parte de cada um destes governos, e por fim foi realizado uma análise acerca dos impactos de uma sobre a outra ao relacionar os dois fenômenos políticos. As considerações finais indicam que a condução da política externa do Burkina Faso causou impactos significativos nas mudanças de governo do país.

Palavras-chave: Burkina Faso; política externa; golpe de Estado; neocolonialismo; terrorismo.

ABSTRACT

This study aims to investigate the impact of Burkina Faso's foreign policy amid governmental changes from independence to the 2022 *coup* (1960-2022), through the lens of neocolonialism and *Postcolonie*. To this end it examines how governmental changes concretely influenced the conduct of Burkina Faso's foreign policy between 1960 and 2022.

A qualitative, descriptive, and exploratory approach was adopted, as the topic is specific and lacks sufficient content for a broader perspective. Initially, a chronological study of governmental changes in Burkina Faso during the proposed period was conducted, followed by an analysis of each government's foreign policy approach. Finally, an assessment was made regarding the mutual impacts by correlating these two political phenomena. The final considerations indicate that Burkina Faso's foreign policy had significant effects on the country's governmental changes.

Keywords: Burkina Faso; foreign policy; *coup d'état*; neocolonialism; terrorism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do Tempo das mudanças de governo no Burkina Faso durante sua história independente	40
Gráfico 1 - Importações do Burkina Faso, entre 1995 e 2022, com a França, Costa do Marfim, Estados Unidos, China e Rússia (em % do total das importações)	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características das políticas externas dos governos do Burkina Faso desde a independência até 2022	61
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

CNR - Conselho Nacional da Revolução

FMI - Fundo Monetário Internacional

ONG – Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

UA - União Africana

UDV-RDA - União Democrática Voltaica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3	MUDANÇAS DE REGIME NO BURKINA FASO.....	21
3.1	REPÚBLICA DO ALTO VOLTA INDEPENDENTE: PRIMEIROS PASSOS.....	22
3.2	BURKINA FASO: TERRA DOS HOMENS HONESTOS.....	27
3.3	BLAISE COMPAORÉ: UMA AUTOCRACIA VELADA.....	32
3.4	TRANSIÇÃO PARA UM NOVO FUTURO	37
3.5	GOLPES DE ESTADO: OS MILITARES DE VOLTA AO PODER.....	39
4	A POLÍTICA EXTERNA DO BURKINA FASO.....	41
4.1	PRIMEIRAS DÉCADAS E ALINHAMENTO PROGRESSIVO COMO O OCIDENTE ..	41
4.2	SANKARA: UM GIRO DE 180°.....	43
4.3	COMPAORÉ E O PROTAGONISMO REGIONAL	47
4.4	RETORNO AO PASSADO	50
4.5	OS GOLPES DE 2022 E O PAPEL DA RÚSSIA.....	52
5	RELAÇÃO ENTRE AS MUDANÇAS E A POLÍTICA EXTERNA	55
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Após a independência da França no dia 5 de agosto de 1960, nasceu a República de Alto Volta. O país enfrentou crises internas, porém, sob o regime de Thomas Sankara, a nação teve uma nova roupagem e passou a se chamar Burkina Faso: a terra dos homens honestos. Mesmo décadas depois, a “nova” nação do Oeste da África a princípio não parece se destacar na região, passando despercebida aos olhos menos atentos. Entretanto, desde sua independência, os burquinabês passaram por algumas intervenções militares, inúmeras tentativas e golpes de Estado, além de ser palco de atividades terroristas e ter passado alguns períodos com a presença de forças militares estrangeiras em seu território, como a França, entre 2009 e 2022, e a Rússia, representada pela Africa Corps a partir de 2024. Essa instabilidade interna parece influenciar também no seu cenário externo, já que o Burkina Faso deteriora e reata relações com os mesmos países algumas vezes durante sua história recente, sendo, por exemplo, o único país a reconhecer Taiwan duas vezes. Esse processo se intensifica ainda mais após a saída de Blaise Compaoré da presidência do país, no ano de 2014, e culmina com o golpe de 2022, e a chegada de Ibrahim Traoré ao poder.

É interessante entender que o regime de Sankara, entre 1983 e 1987, marcou um ponto de ruptura importante para o Burkina Faso, tanto internamente, quanto externamente. Internamente, durante esse período, houve uma tentativa de fortalecer o Estado do Burkina Faso por meio de mecanismos que dessem mais forças e estabilidade para as instituições governamentais, criando um vínculo mais direto entre o governo e os cidadãos, além de desenvolver uma política externa baseada num princípio de soberania, em contraste com gestões anteriores (Harsch, 2017, p.5).

Dessa forma, o golpe organizado por Compaoré, em 1987 marcou um segundo ponto de ruptura, já que sob este novo regime, uma abordagem econômica mais conservadora foi desenvolvida, reduzindo políticas sociais que passaram a depender do poder de coerção governamental, estabelecendo as bases desse regime que perduraria por 27 anos, um dos mais longevos da África contemporânea. Essa longevidade só foi possível pela retomada de apoios externos rompidos durante o regime de Sankara, como o apoio da França, dos Estados Unidos e de instituições financeiras internacionais (Harsch, 2017, p.2).

A partir da insurgência dos burquinabês, o regime de Compaoré foi perdendo forças, e em 2014 conhece seu final, abrindo vias para uma nova fase da história do país, na qual eleições democráticas foram estabelecidas, criando um sentimento positivo em relação ao futuro. Entretanto, a política externa desenvolvida durante décadas por Compaoré não foi sustentada nos anos seguintes, e a insatisfação de certos setores civis e militares foram essenciais para os

eventos na década seguinte, tendo seu ápice em 2022, com novos golpes de Estado que derrubaram o então presidente eleito, Roch Marc Christian Kaboré, e a volta de um novo governante militar: Ibrahim Traoré, que instaura uma série de medidas internas e externas, dentre elas uma nova ruptura com os países ocidentais, e uma aproximação incisiva com a Rússia.

Nesse cenário é possível pensar na possibilidade da maneira como o Burkina Faso se posiciona internacionalmente ter impactado nas mudanças institucionais do país. Para entender se há de fato essa relação, é necessário se questionar: *como a condução da política externa do Burkina Faso impactou concretamente nas mudanças governamentais da independência até o golpe de 2022?*

Duas justificativas motivaram a realização deste trabalho, sendo uma de cunho geopolítico, e outra de caráter acadêmico. Sobre a primeira, nota-se desde o fim da Guerra Fria que o continente africano vem se tornando um palco de grande importância no cenário internacional, sobretudo pelo potencial econômico existente. Não à toa as grandes potências buscam cada vez mais exercer sua influência nesta região. O Burkina Faso é alvo desse interesse, o que é possível observar pelo constante fluxo de países estrangeiros em território burquinabê. Por exemplo, em 2009, com a Operação Sabre, militares franceses passam a estabelecer bases no Burkina Faso com o aval do presidente Blaise Compaoré, para que durante 13 anos, operações antiterroristas fossem realizadas na África Ocidental. Com a chegada de Ibrahim Traoré ao poder, em 2022, mediante o golpe de Estado, a Operação Sabre é desmantelada, e graças à aproximação de Traoré com o presidente russo Vladimir Putin, o grupo paramilitar Wagner passa a atuar no país, montando bases militares, e apoiando o regime de Traoré. Posteriormente, o grupo Wagner se fundirá em uma Africa Corps, sob o controle direto do Ministério da Defesa Russo, reforçando ainda mais a presença do país no Burkina Faso.

No que abrange o campo acadêmico, em particular no Brasil, mesmo com este cenário instável e com diversas potencialidades, ainda há um número reduzido de bibliografias sobre o Burkina Faso, especialmente sobre a atuação internacional do país, e as poucas que versam sobre o assunto são normalmente escritas em outras línguas a partir de uma perspectiva incondizente com a realidade brasileira. Essa situação deixa uma grande lacuna quanto a estudos sobre o Burkina Faso em língua portuguesa, dificultando o acesso a informações e dados que podem abrir novos horizontes para o aprofundamento das relações entre o Brasil e o Burkina Faso, que já vem mostrando ter potencial, como o sucesso da cooperação Cotton-4 + Togo desenvolvida entre 2013 e 2019, em que o Brasil buscou apoiar o desenvolvimento do setor algodoeiro em 4 países da África, incluindo o Burkina Faso.

Assim, com o distanciamento recente do Burkina Faso das potências ocidentais, e um histórico de aproximação ao movimento dos não-alinhados, há no país uma oportunidade para o Brasil desenvolver suas relações no quadro da cooperação Sul-Sul. Por esses motivos, um estudo sobre as mudanças de governo e o seu impacto nas mudanças da política externa do Burkina Faso pode contribuir não somente para o entendimento de um país que vem sendo alvo de potências estrangeiras, mas também para traçar e entender melhor as dinâmicas institucionais e geopolíticas de países africanos.

Nesse sentido, a hipótese assumida parte do argumento de que a condução da política externa do Burkina Faso impactou nas mudanças governamentais desde a independência, mediante momentos de rupturas e reaproximação nos âmbitos regionais e internacionais, quer sejam por questões ideológicas ou por questões de oportunidade. Nossa hipótese se justifica, sobretudo, pelas rupturas em parcerias duradouras que o Burkina Faso tinha com outros países, como no rompimento imediato que Sankara faz com a França e a Costa do Marfim, marcando uma política externa anti-neocolonial e condizente com o movimento dos não alinhados, ou ainda durante a transição do governo de Blaise Compaoré, em 2014, marcando o início de um processo de questionamento sobre a legitimidade da presença do neocolonialismo francês no território burquinabê, ou então com a chegada de Ibrahim Traoré ao poder em 2022, encerrando as relações de cooperação com a França, e instaurando um processo de aproximação com a Rússia.

O estudo, em linhas gerais, tem o objetivo de investigar o impacto da política externa do Burkina Faso nas mudanças governamentais da independência até o golpe de 2022. Para tanto, o estudo será descritivo, por usar como fonte primária discursos presidenciais, atas e declarações oficiais das autoridades locais, que serão usadas para descrever eventos e fenômenos de ruptura que marcaram o recorte temporal estudado, e exploratório, por se tratar de um tema relativamente específico e que ainda não possui conteúdo suficiente para que se possa ter uma visão mais ampla sobre ele.

Para tanto, será usado o método qualitativo, visando analisar criticamente a bibliografia existente e as impressões que pairam acerca do tema, além de ser o método apropriado tendo em vista que o estudo se baseia em somente um único caso: o do Burkina Faso. O estudo não tem o objetivo de comparar o caso do Burkina Faso com outros países ou regiões, ideia que por si só pode ter potencial para uma compreensão maior sobre a situação do continente, ou da região como um todo, mas ainda assim não faz parte dos objetivos propostos pelo estudo, mesmo que o caso do país possa servir de ponto de partida para a compreensão de casos de

outros países da região do Sahel, que possuem circunstâncias históricas semelhantes ao Burkina Faso até um certo grau.

Por se tratar de um tema pouco estudado, os dados serão coletados por meio da revisão bibliográfica que aborda o tema estudado, além das declarações oficiais do governo do Burkina Faso e de outros países, configurando as fontes primárias, que serão complementados por meio de fontes jornalísticas, investigativas e análises sobre a literatura existente; ou seja, conteúdos que ajudem a compreender com mais precisão os eventos ocorridos recentemente que ainda não foram amplamente documentados pela literatura, que serão compilados e analisados de forma que seja possível testar a veracidade da hipótese proposta.

O primeiro capítulo trata da fundamentação teórica que será abordada ao longo do estudo, com o neocolonialismo de Nkrumah, importante para explicar, sobretudo, o primeiro grande ponto de ruptura política do Burkina Faso, com a *Postcolonie* de Mbembe, essencial para complementar as ideias de Nkrumah, além de aspectos e definições sobre a questão da política externa, essencial para o entendimento do contexto contemporâneo. A escolha por autores africanos para esta fundamentação teórica reforça a necessidade de usar lentes que possam ser mais apropriadas para a análise de casos no continente africano, em oposição às lentes predominantes nas relações internacionais.

O segundo capítulo busca analisar os processos de mudança de regime no Burkina Faso, desde sua independência até o golpe de 2022, de forma que seja possível por meio da literatura existente e documentos oficiais, determinar os pontos de inflexão desse período histórico, para posteriormente entender as mudanças ocorridas no país.

O terceiro capítulo segue em paralelo ao anterior, buscando compreender a dinâmica e a condução da política externa do Burkina Faso no período histórico estudado. As possíveis rupturas nessa conjuntura são uma das principais motivações para o desenvolvimento do estudo, e seu entendimento esclarece diversas questões acerca da problemática.

O quarto capítulo busca avaliar se é possível enxergar uma relação entre a conduta da política externa do Burkina Faso e as mudanças de regime ao longo de sua história, verificando como a condução da política externa impactou nessas mudanças no Burkina Faso. Finalmente, serão tecidas as considerações finais desse estudo, propondo uma perspectiva futura que possa ser expandida para além do Burkina Faso, pensando na região do Sahel como um todo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O aporte teórico-conceitual dialoga com os estudos pós-coloniais das relações internacionais. Nesse sentido, dentre as diferentes categorias ou interpretações sobre o pós-colonialismo, nos inserimos na vertente que a entende como movimento anticolonial, relacionado a “todas as formas de poder colonial, seja ela cultural, econômico e político, passado ou presente” (Toledo, 2021, p. 20). É nesse caminho que os autores analisados nos permitem enxergar o continente africano e em particular o Burkina Faso.

Vale ressaltar que é necessário ir além desta compreensão basicamente linear, onde se estendem dicotomias e clichês que, apesar de explicar com eficácia certas situações, podem gerar negligenciamento e viés acerca do objeto de estudo. É importante, claro, pensar a questão do continente africano a partir de lentes propostas por autores da região, já que em teoria, tais lentes foram imaginadas para a compreensão do fenômeno africano, ou pelo menos, localizado em alguma parte do continente africano, mas ainda assim é preciso ter um certo grau de discernimento acerca dessas lentes.

A contribuição de Harsch (2017) e de outros autores, a partir das lentes propostas por autores africanos, como o neocolonialismo de Nkrumah (1967) e a *Postcolonie* de Mbembe (2000), serão essenciais para compreender como o Burkina Faso estende sua política externa desde sua independência, sobretudo acerca do não-alinhamento que Sankara adota durante sua breve passagem no poder (1983-1987), bem como a postura do governo de Compaoré (1987-2014) na construção da sua política externa que rompe com a de seu antecessor, e posteriormente para entender como sua queda é imprescindível para as mudanças externas que aconteceram a seguir.

Pensadores como Kwame Nkrumah e seu uso do conceito do neocolonialismo surge como uma base inicial para entender a construção do pensamento desenvolvimentista na África, principalmente durante a segunda metade do século XX (Nkrumah, 1967), mas também para as dinâmicas presentes no Burkina Faso. Para Nkrumah (1967), o neocolonialismo é a evolução do imperialismo colonial, no sentido que o Estado, que está submetido ao neocolonialismo, parece exercer sua soberania e sua independência, mas, na prática, sua economia, e por consequente, seu desenvolvimento político está sob controle de países externos. Apesar de Nkrumah abordar primordialmente a questão econômica, ele entende que é possível a expandir para além dessa dimensão, tendo em vista que a economia é somente uma das grandes ramificações do funcionamento de um Estado. Dessa forma, o que inicialmente parece ser um desdobramento econômico, quando investigado pode mostrar ter outro viés, como, por exemplo, o domínio militar, proposto pelo autor.

Um desdobramento que propõe Nkrumah (1967, p. 8), é a ideia de que o neocolonialismo possibilita um controle sem responsabilidades. Essa abordagem parte da comparação do imperialismo colonial com o neocolonialismo, onde apesar dos vínculos de “pai e filho” (metrópole e colônia), se estabelecerem em moldes de basicamente subserviência, ainda se enxerga, interna e externamente, nessa relação de dominância, a ideia de que a metrópole teria alguma responsabilidade, equivocadamente, de levar o suposto progresso e civilização para a colônia, e para isso a exploração das riquezas – minerais e humanas – são um “pagamento” justo por esse progresso. No neocolonialismo, por meio de mecanismos sobretudo econômicos, a antiga metrópole ainda mantém sua antiga dominação enquanto rompe com o princípio de responsabilidade. Para a metrópole, há bônus sem ônus, e para a colônia o inverso.

Na prática, como observa Nkrumah, a relação de bônus e ônus não é muito diferente do imperialismo colonial, mas ainda assim marca uma ruptura fundamental teórica no princípio da subserviência, já que a relação de dominação passa de algo estabelecido e concreto, para algo muito menos tangível. A dominação econômica é silenciosa e velada, e suas consequências são muito mais difíceis de vincular ao ator externo do que são no imperialismo colonial. Nkrumah (1967, p. 10) diz que após a antiga colônia receber autonomia da metrópole, a metrópole apoia personagens específicos que ascendem ao governo desses novos países independentes, para que os interesses da metrópole ainda continuem sendo priorizados naquele território. Não se governa em prol dos interesses domésticos, mas sim dos interesses internacionais. Caso a sociedade se revolte, o primeiro culpado é quase sempre esse governante, e não os atores externos. Dessa forma, mostra-se que de fato, o neocolonialismo rompe com qualquer laço de responsabilidade que uma potência externa pode ter em relação a uma antiga colônia.

O controle econômico, de acordo com Nkrumah (1967, p. 284-285), é feito por meio de empréstimos para os novos países poderem, teoricamente, desenvolver setores internos, mas esses empréstimos são feitos com contrapartidas que os novos países, com forte instabilidade socioeconômica, dificilmente conseguem cumprir. A taxa de juros se torna um fator irremediável para esses países, que além de suas preocupações internas, precisam lidar com a preocupação de pagar as dívidas contraídas com potências estrangeiras e instituições internacionais. Buscando superar tais dívidas, as antigas colônias são obrigadas a “leiloar” parte de suas riquezas para companhias estrangeiras.

Em grande medida, esses aportes econômicos tomam o nome de “ajuda multilateral” (Nkrumah, 1967, p. 285), mas, na prática, em nada se assemelham a auxílios, já que esse mecanismo também pressupõe contrapartidas, sobretudo na subserviência do sistema econômico para que ele se encaixe nos moldes interpretados como corretos pelas instituições

que propõem essas “ajudas”, moldes que, logicamente, são corretos para atender os interesses externos, e não domésticos. Esses moldes, segundo Nkrumah (1967, p. 286), ainda podem conter outros contrapesos, como tratados de comércio e navegação, acordos de cooperação econômica, direitos à intromissão em finanças internas, e o próprio pagamento em recursos naturais. Com isso, a presença externa consegue fincar raízes profundas na economia e na política desses países, sem que ela necessariamente seja tangivelmente vista como àquela que controla *de facto* esse país. Essas medidas abarcam somente os mecanismos mais básicos de controle neocolonial, e cada situação contém suas particularidades próprias, de forma que as antigas metrópoles consigam exercer sua influência da maneira mais eficiente possível.

Em linhas gerais, o neocolonialismo de Nkrumah (1967) é definitivamente um excelente caminho inicial para se entender as dinâmicas de países que foram surgindo sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, há alguns elementos pendentes nas ideias de Nkrumah, que as desenvolve se ancorando, sobretudo, nas ciências econômicas, atribuindo menos peso ao fator humano. Nesse sentido, o *De la Postcolonie: Essai sur l’imagination politique dans l’Afrique contemporaine* (2000), de Achille Mbembe, traz uma lente capaz de complementar as ideias de Nkrumah (1967), sobretudo nesse quesito mais humano e sociopolítico. A partir da *Postcolonie*, Mbembe tenta se afastar das teorias pós-coloniais e dos estudos subalternos, já que em sua tentativa de entender a diferença e a alteridade, essas abordagens acabam perdendo a possibilidade de enxergar a humanidade – como conceito filosófico – em um sentido mais homogêneo (Mbembe, 2000, p. 19).

Além disso, esse distanciamento de lentes permite um entendimento que possa ir além da relação de luta entre “pai e filho” (Mbembe, 2000, p. 19). Nesse sentido, tais lentes teóricas, ao focar majoritariamente na polaridade entre somente esses dois atores, acaba por negligenciar outros atores, como a população, seus vizinhos e a política decidida por eles, os progressos tecnológicos, financeiros e digitais, entre outros. Dessa forma, Mbembe se permite enxergar tais aportes teóricos para além da polaridade, possibilitando a entrada de outros atores, sejam eles físicos ou filosóficos, de forma que ele possa deixar claro que essa é uma lente diferente daquelas propostas para entender a África desde a segunda metade do século XX. Assim, o autor esclarece que a sua *Postcolonie*, a não ser confundida com a teoria pós-colonial, tenta compreender e ultrapassar os limites que barraram lentes anteriores regionais, como o afro-pessimismo, o africanismo e o panafricanismo (Mbembe, 2000, p. 18).

Se no neocolonialismo, a sociedade é delegada a um papel secundário, em que o povo é entendido como força de trabalho, a *Postcolonie* complementa esse entendimento. Mais que força de trabalho, a sociedade é composta pelo povo, que sustenta a voz da insatisfação. Mais

que puramente insatisfação, resultante do papel negativo desempenhado pelo próprio neocolonialismo na figura dos governantes, o povo é uma humanidade, homogênea no sentido filosófico – com uma clareza e consistência interna, que segue uma lógica para alcançar seus objetivos – heterogênea nas individualidades, em que cada pessoa representa uma singularidade no plano maior, onde a junção dessas singularidades consegue criar uma massa capaz de propor mudanças a um sistema que ignora o aspecto social. É incoerente uma visão sobre o neocolonialismo que descarte o papel do povo e da sociedade na construção dessa realidade, e é por esse ponto que as dinâmicas trazidas por Mbembe (2000) se tornam fundamentais para complementar as ideias de Nkrumah (1967).

Outro aspecto basilar do nosso estudo é o próprio entendimento de política externa. Nesse sentido, sua delimitação é importante por ser um conceito que possui ramificações e desdobramentos dependendo da lente usada. A partir da junção do Neocolonialismo com a *Postcolonie*, pensa-se em como novos elementos podem complementar a política externa tradicional, no sentido de considerar, por exemplo, a própria influência das populações no desenvolvimento da política externa por um país. De acordo com Freire e Vinha (2011, p. 21), entende-se política externa como o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que atores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política. Com isso, por autoridade se entende o próprio governo, e a política externa é como esse governo interage com outros países e instituições externas ao seu país.

Para Mintz e Rouen Jr (2010), a política externa gera entendimentos sobre os estilos e personalidades das lideranças, características que não ficam evidentes por outros meios (apud Freire e Viana, 2011, p. 21). Concomitantemente, é possível estabelecer a partir da política externa um entendimento geral das dinâmicas governamentais, mas também o pensamento central que representa o ator decisório. Em casos em que a figura do líder – seja na forma de presidente, primeiro-ministro, ou qualquer outro cargo de chefia de governo – torna-se central para o funcionamento do governo, a maneira como esse líder conduz a política externa é uma forte representação do funcionamento desse personagem.

Com isso, faz-se possível imaginar a condução da política externa em um contexto neocolonial. A partir de Nkrumah (1967), a política externa se transforma em uma ferramenta usada pelas potências estrangeiras para continuar seu domínio sob as ex-colônias. Sob a roupagem de um líder marionete em prol dos interesses estrangeiros, enxerga-se a possibilidade da condução de uma política externa que possa priorizar, por exemplo, a presença de forças militares em território soberano, em detrimento do desenvolvimento das suas próprias forças de segurança. Como observam Freire e Vinha (2011, p. 29), para uma tomada de decisão de

política externa, há todo um ambiente que entorna o líder para que ele tenha o máximo de informações acerca de uma decisão. Dessa forma, esse entorno pode ser estabelecido seguindo as vontades externas, de forma que as informações e as opiniões transmitidas para esse líder partam de um pressuposto neocolonial.

O problema de uma burocracia construída ao redor dessa única figura é que a suscetibilidade do líder em tomar decisões autocráticas é muito maior que em situações em que há uma divisão das tarefas de forma que cada departamento cumpra com uma especificidade de trabalhos. O ciclo vicioso econômico das nações particularmente afetadas pelo neocolonialismo torna essa burocracia hierárquica em um sistema praticamente inalcançável, visto que não há recursos suficientes para aumentar a administração estatal. Dessa forma, há um acúmulo de funções, que por vezes são negligenciadas, tornando-se passíveis de dependerem exclusivamente da vontade do líder. Nessa linha, a confiança que o povo e o próprio líder têm em si é mais um aspecto que pode determinar a condução da política externa. De acordo com Freire e Vinha (2011, p. 36), a construção da imagem de um líder poderoso aclamado pelo povo, interage diretamente com a condução dessa política, que provavelmente irá se alinhar em uma interpretação do líder acerca das vontades populares. De toda forma, é possível entender a partir de um certo alinhamento entre essas duas perspectivas.

Durante crises, a centralização do poder decisório se torna ainda maior, e o controle da política externa se faz em circunstâncias menos abrangentes que em tempos de paz, já que o líder se torna ainda mais central. Freire e Vinha (2011, p. 37) veem, inclusive, a possibilidade do líder se desvincular de certas amarras durante tempos de crise, o que em último caso podem o tornar herói ou vilão. Assim, o líder se estabelece como uma figura central na condução da política externa, e sua determinação e vontade podem estabelecer critérios e situações essenciais para o desenvolvimento de seu país. Dessa forma, o neocolonialismo não depende somente da imposição dos atores estrangeiros, mas também da falta de capacidade de líderes retrucarem essa imposição, como veremos no nosso estudo de caso.

3 MUDANÇAS DE REGIME NO BURKINA FASO

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, pode-se dizer que uma nova era se instaura no sistema internacional. A criação da ONU e outros fatores desencadeiam uma série de independências de novas nações pelo mundo, com um grande destaque para as independências no continente africano. O Burkina Faso, então conhecido como Alto Volta, assim como outras colônias francesas no continente africano, receberam em 1958 a possibilidade de se tornarem independentes a partir de uma votação nas colônias para que elas determinassem se havia uma vontade de independência, ou se elas queriam se juntar à metrópole e fazer parte de uma nova comunidade Francesa¹ (Mazrui, 2019, p. 48). É importante ressaltar que nesse mesmo período, a ideia do neocolonialismo de Nkrumah (1967) foi se desenvolvendo em solo africano, e teria um importante papel no desenrolar da questão da independência das colônias francesas.

Tendo conquistado a independência de seu país, Gana, em 1957, tornando-se o primeiro primeiro-ministro da nova Gana independente, Nkrumah passa a defender a necessidade de independências generalizadas no resto da África, já que sem esse elemento, a independência de Gana teria basicamente nenhum significado (Mazrui, 2019, p. 48). Entretanto, o próprio Nkrumah entende desde 1945 que há diferenças profundas entre as colônias britânicas na África e as colônias francesas, gerando questionamentos que ele não consegue responder até 1965, seu último ano como presidente de Gana (Mazrui, 2019, p. 44). Com a possibilidade desse referendo proposto pelo general Charles de Gaulle, em 1958, Nkrumah vê uma oportunidade de conseguir novas independências na região e de ampliar suas ideias panafricanistas, contatando lideranças nas colônias francesas com o objetivo de deixar claro que o processo de independência teria o apoio de Gana (Mazrui, 2019, p. 49). Entretanto, Nkrumah consegue angariar a independência de somente um país, a Guiné, a qual ele passa a apoiar financeiramente (Mazrui, 2019, p. 50), além de formar a União dos Estados Africanos entre Gana e Guiné. É com essa união que o Alto Volta surge aos olhos de Nkrumah.

Tendo inicialmente votado contra a independência no referendo de 1958, e aceitando uma posição de Estado autônomo africano pertencente à comunidade francesa, derivada da Constituição da Quinta República Francesa, um personagem essencial para a independência da República do Alto Volta passa a ganhar destaque. A eleição de Maurice Yaméogo em outubro

¹ Importante ressaltar que o então chefe de Estado francês, o general Charles de Gaulle, ao propor inicialmente a possibilidade de uma independência, diz que em caso de independência, ela viria a ser completa, com um rompimento basicamente integral com a França, seja político, financeiro, econômico e educacional, o que pode ser enxergado como uma chantagem da metrópole para as colônias.

de 1958 para o cargo de presidente do Conselho põe em destaque um homem com grande sede de poder que moldou os primeiros anos da República do Alto Volta independente (Massa; Madiéga, 1995, p. 436). Inicialmente, Yaméogo se reúne com Nkrumah, dizendo que iria rapidamente tomar medidas concretas para efetivar a independência completa de sua nação, consolidando alguns acordos financeiros entre Gana e o Alto Volta. Entretanto, já havia uma certa desconfiança dos aliados de Nkrumah sobre a possível futura participação do Alto Volta na União dos Estados Africanos, pessimismo que mostrou ser justificado posteriormente (Mazrui, 2019, p. 51). É somente com o anúncio unilateral vindo do governo francês de que os territórios da comunidade francesa poderiam se tornar independentes sem perder a assistência francesa, em dezembro de 1959, que Yaméogo começa finalmente a pensar na independência do Alto Volta (Harsch, 2017, p. 20), concretizando-se em 5 de agosto de 1960, que marca também um primeiro ponto concreto do domínio neocolonial nos moldes de Nkrumah no novo país independente, no sentido que essa manutenção de assistência francesa cabe exatamente no que Nkrumah (1967) entende como sendo um tipo de controle neocolonial através de meios econômicos ou monetários. Não à toa o Burkina Faso continua na esfera do franco CFA até 2025.

3.1 REPÚBLICA DO ALTO VOLTA INDEPENDENTE: PRIMEIROS PASSOS

Os primeiros anos do Alto Volta são marcados pela repressão aos opositores políticos de Yaméogo. Antes mesmo da independência, seis figuras importantes da oposição, por meio de uma carta direcionada à Yaméogo, propuseram uma união nacional política com o objetivo de estabelecer bases para a construção do novo país. Em resposta, Yaméogo ordenou a prisão dessas figuras, tendo uma delas, Nazi Boni, fugido do país para escapar dessa prisão (Harsch, 2017, p. 21). Essa repressão, que já vinha desde após sua eleição para presidente do Conselho em 1958, marcou durante os dois anos que antecederam a independência, uma forte corrida para eliminar ao máximo a oposição (Harsch, 2017, p. 20), movimento reforçado pelos poderes especiais que recebeu da Assembleia em 1959, trazendo uma série de medidas que ulteriormente consolidaram o partido de Yaméogo, a UDV-RDA, como partido único, delegando-o imensa influência no que, na prática, havia se tornado uma ditadura de Yaméogo (Madiéga, 2003, p. 1028).

Nesse contexto, a independência ocorrida em agosto de 1960 não traz mudanças efetivas à dinâmica política do Burkina Faso, em que Yaméogo permaneceu com o cargo máximo do país, somente mudando o nome do cargo, sem mostrar interesse em fazer qualquer consulta popular, muito menos política, tendo em vista os grandes poderes que ele havia acumulado

previamente. Nazi Boni, um dos opositores que sofreram perseguição por parte de Yaméogo, disse que a independência foi formalmente proclamada por aqueles que eram os mais fervorosos inimigos da própria independência, aqueles que sabotaram o país no passado, e estariam dispostos a sabotar o país no futuro, apelidando essa situação de uma “comédia humana”, se referindo ao próprio Yaméogo e seu regime autoritário (Harsch, 2017, p. 21). Yaméogo também demonstrou ter pouco interesse em se livrar do legado colonial deixado pela França (Harsch, 2017, p. 22). Apesar de não permitir a presença de bases militares francesas no país, oficiais franceses passam a ser designados como conselheiros técnicos, o que sustentou por mais de uma década a presença desses conselheiros estrangeiros em diversos serviços estatais (Harsch, 2017, p. 21).

Ao longo do seu governo, Yaméogo tomou decisões impopulares, sobretudo internamente, tanto com militares, quanto com a classe trabalhadora. Em 1964, antagonizou os sindicatos, forçando-os a cortar suas relações com as centrais sindicais internacionais, ao mesmo tempo que os forçou a se afiliarem a um novo sistema sindical relacionado à própria UDV-RDA, o qual já havia se tornado o único partido legal no país (Harsch, 2017, p. 24). Implementou políticas de austeridade fiscal, as quais ele usou para enriquecimento pessoal. Inicialmente, Yaméogo não parecia dar muita importância ao possível balbúrdio que suas políticas poderiam causar internamente, sobretudo pelo baixo número de assalariados na época, sendo estimado aproximadamente 25.000 assalariados no país em 1965 (Harsch, 2017, p. 24). Porém, a coesão que esse setor da sociedade possuía afetaria o futuro do governo de Yaméogo.

Em 1965, sem nenhum candidato de oposição, Yaméogo se reelege ao cargo de presidente com um total de 99,98% dos votos a seu favor, continuando com sua política de cortes de gastos, com um corte de 20% nos salários dos trabalhadores em dezembro de 1965, ao mesmo tempo em que ele passava seu tempo viajando no estrangeiro e gastando dinheiro público para seu lazer (Harsch, 2017, p. 24). Conforme o autor, ainda em 1965, Yaméogo cortou os subsídios para escolas católicas, irritando as lideranças católicas no país, sendo mais um setor de peso que deixa de apoiar o presidente. Por fim, ele retomou acordos com a Costa do Marfim, que causaram uma reação nacionalista no povo, que passou a atacar o governo, sobretudo as suas políticas de austeridade e pelo índice alto de corrupção (Harsch, 2017, p. 24).

Greves gerais passaram a eclodir no país, sem provocar reação inicial do governo, mas conseguindo angariar o setor estudantil, que também passou a fazer protestos em massa, sendo estimada a presença de entre 25.000 e 100.000 manifestantes, caracterizando os maiores protestos da história do país até então (Harsch, 2017, p. 25). Yaméogo ordenou o comandante das forças armadas a dispersar os protestos com o uso de armas de fogo, ordem que o então

comandante Sangoulé Lamizana se recusou a obedecer, evidenciando o racha entre as forças militares e o governo. Com o conhecimento dessa recusa, o povo passa a clamar pelo exército no poder, evento que marcaria o início de uma tradição militar no poder do Alto Volta (Harsch, 2017, p. 25). Em janeiro de 1966, apesar de anunciar a reversão de certas medidas de austeridade, Yaméogo renuncia ao seu cargo, transferindo o poder para o comandante das forças armadas, Sangoulé Lamizana (Harsch, 2017, p. 25), marcando os primeiros 6 anos de governo do Alto Volta independente.

Apesar de passar mais que o dobro de tempo na presidência do país – tendo governado de 1966 até 1980, totalizando mais de 14 anos – Sangoulé Lamizana parece ter um perfil menos ativo que aquele de Yaméogo. Durante seu governo, nada de muito concreto foi feito para mudar a situação. Em 1981, um ano após o final de seu regime, o índice de mortalidade infantil era de 208 para cada 1.000 nascimentos, o maior no mundo, 92% da população era analfabeta e havia um médico para cada 50.000 habitantes (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 2). Essa estagnação durou tanto pela relativa baixa toxicidade do governo de Lamizana quando comparado ao seu predecessor, mas também ao ser comparado com outros governos militares nos países vizinhos (Harsch, 2017, p. 25). Lamizana seguiu um perfil mais privado que Yaméogo, e ao longo do seu governo ele não pareceu acumular riquezas, tendo chegado em 1980 vivendo em uma residência considerada mais humilde que as de outros políticos (Harsch, 2017, p. 25). Ainda assim, há uma grande inércia em relação a mudanças concretas para o desenvolvimento do Alto Volta.

Pode-se dizer que houve um prosseguimento na política de austeridade fiscal, mas que conseguiu contornar a insatisfação popular, justamente pelo perfil de Lamizana, além de tais medidas passarem a incluir os gastos do próprio governo, indo além dos cortes diretos somente às condições de trabalho dos assalariados. Repressão política continuou sendo um elemento no governo de Lamizana, porém em um grau muito mais sutil e discreto que no governo de Yaméogo (Harsch, 2017, p. 25). Houve um retrocesso social em 1968, quando Lamizana restaura os privilégios de chefes tradicionais, em troca da não-disrupção de seu governo por esses chefes², o que foi visto negativamente por alguns grupos sociais, como as mulheres e os estudantes, que viam essa restauração como uma barreira para o desenvolvimento desses vilarejos periféricos (Harsch, 2017, p. 27).

² Por chefes tradicionais, entende-se os chefes de vilarejos na periferia do Burkina Faso. Nesse período, o grande debate político basicamente se estende somente em Ouagadougou, capital do país, e algumas outras poucas cidades. A importância desses chefes tradicionais era de organizar o cotidiano nesses vilarejos isolados que o Estado não conseguia chegar. Entretanto, esses chefes perderam privilégios durante o governo de Yaméogo, e viam em Lamizana uma possibilidade de os readquirir.

Apesar dessas instabilidades, Lamizana autorizou o retorno do sistema multipartidário em novembro de 1968, ao mesmo tempo em que ele se preparou para a formação de uma nova constituição. Essa nova constituição seria aprovada em junho de 1970, marcando a Segunda República do Alto Volta, e concretamente sem grandes mudanças em relação à primeira constituição, exceto pelo fato de que apesar da presença civil na política, a ala militar passou a ter ainda mais destaque nessa segunda República (Harsch, 2017, p. 29). A Segunda República, no entanto, não duraria muito tempo, já que em fevereiro de 1974, no cerne de crises de lavagem de dinheiro, crises alimentares, e descontentamentos por parte de diversos setores civis da sociedade, - com destaque mais uma vez aos sindicatos que exigiam aumentos salariais - temendo consequências na manutenção do governo, Lamizana, com o apoio da ala militar suspendeu a constituição, dissolveu o parlamento e suspendeu os partidos (Harsch, 2017, p. 31). A partir desse ponto, se a presença militar no governo já era notável, ela se expande ainda mais. Lamizana reorganizou as regiões do país em 10 departamentos, designando militares para a administração de todos eles, além de aumentar os gastos militares para 31% do PIB nacional (Harsch, 2017, p. 31).

Em 1977, uma nova constituição foi aprovada, dessa vez com uma perspectiva mais liberal, garantindo a eleição direta do presidente e diversos direitos civis e democráticos (Harsch, 2017, p. 32-33). Apesar dessas mudanças no papel, elas não foram suficientes para dinamizar e disciplinar a administração pública, que continuava se envolvendo em escândalos de corrupção, lavagem de dinheiro, além de deixar em aberto os problemas de fato sensíveis da população. Greves continuaram acontecendo, e a instabilidade social continuou sendo um forte elemento do Alto Volta, que 17 anos após sua independência, já se encontrava em sua Terceira República, porém sem perspectivas de responder aos anseios e questões que vinham sendo colocadas em debate por diversos setores sociais desde 1960. Dessa forma, em novembro de 1980, um grupo de militares liderados pelo Coronel Saye Zerbo deu um golpe de Estado, depondo Lamizana, citando entre outras razões, a erosão da autoridade do Estado, suspendendo mais uma vez a constituição, proibindo as atividades partidárias, e prometendo trazer disciplina para a administração estatal (Harsch, 2017, p.34-35).

Apesar de um início com apoio dos setores sociais, esse apoio não tardou a se deteriorar quando essa nova junta militar, liderada pelo próprio Zerbo, mostrava-se disposta a seguir políticas econômicas de austeridade aos moldes muito similares às de Yaméogo, ou seja, reduzindo as condições do trabalhador, e colocando em segundo plano os gastos exacerbados da elite política, além de continuar com a tradição basicamente intrínseca de corrupção por essa elite (Harsch, 2017, p. 35). É nesse novo regime, ainda estático e incapaz de propor mudanças

sistêmicas no Alto Volta, que uma figura que já havia se destacado anteriormente em um conflito fronteiriço com o Mali (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 1), passa a ocupar um cargo oficial na política nacional: Thomas Sankara. Sankara é designado como secretário da informação, e durante seu breve período ocupando esse cargo, apoiou os jornalistas para que eles mantivessem seu compromisso com a verdade (Harsch, 2017, p. 36), aprofundando ainda mais a crise interna do governo de Zerbo, que teve que lidar com denúncias da mídia sobre a piora da corrupção no país.

Nessa conjuntura, o regime autoritário de Zerbo passou a atacar os movimentos sindicais, proibindo o direito à greve, o que contribuiu para a piora de sua relação com os trabalhadores nacionais. Ainda assim, a medida não foi suficiente para impedir os ânimos, visto que greves não pararam e eclodiram no país durante o ano de 1981 e início de 1982. Com o apoio de uma ala jovem das forças armadas que defendiam uma mudança de governo, Zerbo foi destituído por uma unidade militar, em 1982, associada ao comandante Jean-Baptiste Ouédraogo, um médico militar pouco conhecido (Harsch, 2017, p. 40).

Nessa nova conjuntura, Ouédraogo ascendeu à presidência do país sustentado por uma ala imperialista ligada aos dois primeiros presidentes do Alto Volta, e outra ala militar formada por jovens que defendiam uma reorganização interna para se proteger dos interesses pessoais internos e externos, à qual Tomas Sankara fazia parte (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 2). A distinção gritante entre essas duas alas tornou a convivência entre ambas bastante complicada, o que não impediu a nomeação em janeiro de 1983 de Sankara para o cargo de primeiro-ministro, tornando-o o número 2 do governo do Alto Volta, atrás somente de Ouédraogo (Harsch, 2017, p.43). Entretanto, seu período no cargo durou pouco, já que por pressão da ala conservadora, ele foi destituído de seu cargo em maio de 1983, quando diversos integrantes da ala jovem foram presos, inclusive Sankara, enquanto outros fugiriam para se organizar visando liberar seus iguais, entre eles Blaise Compaoré (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 3).

Esse objetivo foi alcançado em 4 de agosto de 1983, quando Compaoré e outros 250 integrantes das forças armadas marcharam para Ouagadougou (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 3), e com o apoio civil, conseguiram se apropriar de pontos-chaves na capital, liberando Sankara e depondo Ouédraogo (Harsch, 2017, p. 49). Nesse mesmo dia, Sankara anuncia ao povo pelo rádio a deposição do governo de Ouédraogo, denunciando o que ele chamou de traição pelo grupo de Ouédraogo, que tiveram seus princípios desvirtuados e que passou a trabalhar contra os interesses da população. Dessa forma, ele estabeleceu o CNR, que assumiu o papel de Estado para preencher uma lacuna para com a sociedade que nunca foi preenchida desde a independência do país, em 1960 (Sankara; Waters; Prairie, 1988).

3.2 BURKINA FASO: TERRA DOS HOMENS HONESTOS

Com uma proposta abertamente revolucionária, o CNR encabeçada por Sankara fez uma ruptura no Alto Volta. No dia 2 de outubro de 1983, Sankara proferiu seu discurso de orientação política, onde ele desenhou a forma que ele pretendia governar o país com o CNR, trazendo pontos essenciais para a compreensão do futuro do regime sankarista. Ressaltou a importância do apoio popular e das esferas sociais que foram às ruas nos últimos 23 anos para demonstrar sua insatisfação com a situação nacional. Outro ponto primordial foi o reconhecimento do neocolonialismo como força motriz da condução da política nacional nas últimas décadas, e o entendimento desse neocolonialismo como uma continuação do imperialismo colonial.

Em sua essência, a sociedade neocolonial e a sociedade colonial não diferem em nada. Assim, vimos a administração colonial ser substituída por uma administração neocolonial, idêntica em todos os aspectos à primeira. As forças armadas coloniais foram substituídas por forças armadas neocoloniais com os mesmos atributos, as mesmas funções e o mesmo papel de ser a protetora dos interesses imperialistas e de seus aliados internos. A educação colonial foi substituída por uma educação neocolonial que têm o mesmo objetivo de alienação das crianças de nosso país e da reprodução de uma sociedade essencialmente servil aos interesses imperialistas, e dos aliados locais do imperialismo (Sankara, 1983, p. 8, tradução nossa).

O reconhecimento da perpetuação do neocolonialismo no Alto Volta foi usado para entender o que levou ao descontentamento popular e para valorizar a importância dos setores sociais como atores fundamentais para a revolução. Dessa forma, ainda em seu discurso, Sankara atesta os trabalhadores sindicalizados como um desses atores, instituição que foi ignorada e atacada ao longo das décadas, que recebeu de imediato um aumento de 10% em seus salários, medida que foi contra qualquer política de austeridade defendida por seus antecessores (Sankara, 1983, p. 9). Outro ator reconhecido por Sankara em seu discurso são os agricultores³, que foram considerados “criadores da riqueza nacional” pelo governante, e que tiveram sua situação precária ressaltada com muita contundência, sendo 98% deles analfabetos na época, o que foi visto como um grande atraso, já que Sankara anunciou serem esses agricultores aqueles que mais precisavam da arte do saber, da educação, da saúde, para possibilitar um aumento produtivo nesse setor tão estratégico (Sankara, 1983, p. 10). São 23 anos de neocolonialismo

³ Por agricultores, entende-se a agricultura de subsistência. Em seu discurso, Sankara usou a expressão “*Paysans*” para se designar a esse setor, expressão que a tradução seria “camponeses”, o que não parece estar muito distante da realidade da época. Entretanto, a escolha por chamar de agricultores foi feita sobretudo para unificar esses atores da agricultura em um conceito economicamente mais coeso, que terão uma grande importância no discurso de Sankara, além de que décadas depois serão atores importantes para as relações externas do Burkina Faso, inclusive com o Brasil.

que criaram, de acordo com Sankara, uma incongruência no fato de que 90% da população ativa se ocupa no setor rural, mas esse mesmo setor representa somente 45% do PIB nacional, mesmo que esse setor seja responsável por 95% das exportações.

O discurso de Sankara escancara a inibição que existiu ao longo das últimas duas décadas em um projeto desenvolvimentista nacional, e que passou sobretudo pela falta de vontade dos atores tomadores de decisão, que Sankara chamou de inimigos do povo. Esses inimigos eram basicamente a burguesia local, dividida em burguesia estatal, alta burguesia e média burguesia, além das forças retrógradas que se aproveitaram da situação feudal do país para enriquecer às custas da população (Sankara, 1983, p. 14-15). Esses inimigos estavam em comboio com as forças imperialistas para se perpetuar no poder e atender aos interesses externos.

Não obstante, Sankara, em oposição aos inimigos do povo, cunha um novo grupo de setores com o termo de “povo voltaico”. Esse grupo seria composto basicamente pela classe operária, que ele reconheceu ser pouco numeroso, mas com um grande poder de lutar pelos direitos de sua classe. A baixa burguesia também é vista por Sankara como uma parcela da sociedade que desempenhou um importante papel no processo revolucionário, inclusive dando um certo destaque para o setor privado, parecendo contraditório à primeira vista, mas faz sentido ao considerar o desejo por inovação que movia Sankara. Já citado anteriormente, os agricultores também são destacados por Sankara, e para fechar esse grupo, Sankara citou o lumpesinato, que poderiam ser convertidos à revolução caso o processo conseguisse os empregar utilmente para o desenvolvimento social (Sankara, 1983, p. 17). Ao homogeneizar parcelas da sociedade tão heterogêneas, Sankara buscou evidenciar o caráter singular da situação política encontrada naquele momento no Alto Volta:

Ela é uma revolução que se desenvolve em um país ainda muito caracterizado pela inexistência de uma classe operária organizada e consciente de sua missão histórica, o que por consequente escancara a falta de uma tradição de luta revolucionária nela. Essa é uma revolução que ocorre em um pequeno país continental, em um momento internacional em que o movimento revolucionário se esvazia a cada dia, sem nenhuma perspectiva de constituir um bloco homogêneo que possa impulsionar e sustentar movimentos revolucionários nascentes. Esse conjunto de circunstâncias históricas, geográficas, e sociais fazem da nossa revolução um fenômeno bastante singular (Sankara, 1983, p. 18, tradução nossa).

Dessa forma, Sankara estabeleceu como seu principal objetivo a liquidação do neocolonialismo existente que criou barreiras econômicas, sociais e culturais na nação. É a partir desse objetivo que para o governante existiria um aspecto democrático nessa revolução.

Isso seria feito a partir da reconversão total do maquinário estatal, passando pelas leis, pela administração pública, pelas forças policiais e militares, para que elas deixassem de trabalhar para os interesses neocoloniais, passando agora a trabalhar em prol do povo (Sankara, 1983, p. 20). Sankara entende, e evidencia que esse processo pode ser longo. Assim como 23 anos serviram de consolidação do neocolonialismo de Nkrumah (1967), possivelmente vários anos seriam necessários para sair do apodrecimento deixado por essa construção neocolonial (Sankara, 1983, p. 24).

Finalmente, Sankara edificou e concluiu seu discurso com uma série de medidas que seriam desenvolvidas em diversos setores da sociedade voltaica para atingir o seu propósito revolucionário. Os principais setores eram as forças armadas, o papel da mulher e a edificação econômica. Quanto às forças armadas, Sankara pretendia trazer um aspecto mais social a elas, no sentido de aproximar essa instituição das necessidades da população como um todo, seja na construção de infraestrutura pelas forças armadas, seja pela consagração de médicos militares para a população geral. A principal missão interna das forças armadas passou a ser de defender os direitos e os interesses da população, manter a ordem revolucionária e garantir o poder democrático e popular. Externamente, inicialmente Sankara deferiu a missão de defender a integridade territorial, o que bate com a política externa adotada por ele, tópico que será estudado posteriormente (Sankara, 1983, p. 28-29).

Quanto ao papel da mulher, Sankara entendeu que a revolução trabalhava para melhorar a vida dos oprimidos, e incluiu a mulher nesse grupo, no sentido que a dominação do patriarcado é resultado da organização política e econômica da sociedade desenvolvida até então. A partir dessa ideia, o governante diz que a revolução podia criar as condições para a emancipação feminina nas esferas de decisão (Sankara, 1983, p. 30), e de fato, ao longo de seu governo, Sankara pareceu bastante preocupado com a questão feminina, organizando medidas muito relacionadas ao setor feminino, que se viu bastante oprimido desde o governo de Lamizana.

Por fim, na esfera econômica, Sankara anunciou grandes reformas em diversos setores. Uma reforma agrária foi anunciada visando aumentar a produtividade do trabalho, além de possibilitar o desenvolvimento de novas técnicas de cultivo que pudessem ser usadas para combater a questão da fome que tanto assolou o país ao longo das décadas. É interessante que Sankara entendia a agricultura como um ponto de apoio fundamental para um futuro processo de industrialização, mostrando uma visão mais a longo prazo do governante em relação ao desenvolvimento nacional (Sankara, 1983, p. 32). Propõe uma revolução administrativa, a qual ele não entrou muito em detalhes, além de mencionar o processo de desburocratização, visando uma administração mais barata, mais operante e mais flexível (Sankara, 1983, p. 33). Esse ponto

é interessante, já que tornar a administração mais barata parece ir na mesma linha de políticas de austeridade fiscal tão criticadas nas últimas décadas, mas o apelo disso é justamente que a redução de custos de operação estaria vindo de dentro da administração, e não dos direitos do trabalhador, por isso, o apoio popular por trás desse tipo de medida. Sankara também propõe uma reforma escolar, a qual ele atribuiu a necessidade de um ensino científico e de pensamento crítico para o desenvolvimento de uma consciência popular e nacionalista, além de ser primordial para combater o analfabetismo e o misticismo disseminados principalmente nas periferias do país, revelando e sensibilizando a população às vantagens da educação e os inconvenientes da ignorância (Sankara, 1983, p. 33).

Quanto à cultura, Sankara trouxe um pensamento bastante interessante, em que seria importante apoiar os artistas para a construção de uma nova cultura nacional, científica e popular, que celebre a dignidade e a coragem do povo (Sankara, 1983, p. 34). É interessante que, ao mesmo tempo em que ele propõe uma nova cultura, ele ressalta a importância daquilo que há de bom no passado e o que há de positivo nas culturas estrangeiras que possam dar uma nova dimensão à construção dessa nova cultura nacional. Há também um entendimento econômico de que seria possível desenvolver uma economia independente tendo um controle das linhas de produção e de distribuição no país (Sankara, 1983, p. 35). Não há um grande desdobramento de como fazer isso acontecer, mas em outros trechos do discurso, Sankara falou de pensar economicamente a longo prazo, e como já vimos anteriormente, já havia uma vontade de industrialização no governante.

No campo da saúde, além do papel já citado das forças armadas, Sankara enxergava a saúde como um direito fundamental para todos, e que esse serviço deve estar ao alcance de todos. Políticas de conscientização, de imunização contra doenças, e programas de assistência à maternidade e infantil foram propostos para trabalhar visando escapar das condições precárias de saúde que o país se encontrava⁴ (Sankara, 1983, p. 35).

Finalmente, no setor de moradia, Sankara sugeriu um plano de desenvolver os bairros das cidades para abrigar os trabalhadores que seriam responsáveis pelo desenvolvimento nacional, além de uma política de redução de preços de aluguéis, tentando simultaneamente terminar com o problema da especulação financeira (Sankara, 1983, p. 35-36).

Esse discurso traz concretude a uma série de demandas populares, além de basicamente criar, pela primeira vez na história, um plano de desenvolvimento nacional com objetivos e que,

⁴ Essas políticas serão abordadas posteriormente, já que Sankara depois entra em acordo com países e organizações internacionais para a vacinação em massa de algumas doenças, entre outras políticas conjuntas com agentes externos ao país.

pelo menos no papel, trabalhasse em prol do povo. No primeiro aniversário da revolução, em agosto de 1984, o Comitê mudou o nome do país de Alto Volta para Burkina Faso⁵, repaginando e se distanciando dos anos sombrios que haviam sido vividos. O plano ambicioso de Sankara definitivamente deu ao Burkina Faso um novo rumo, apesar de não ter conseguido alcançar todos os objetivos determinados preliminarmente (Harsch, 2017, p. 51). Um dos motivos para isso foi que esses objetivos trabalhavam em cima de reconstruir a administração pública nacional. Um ponto, porém, é que boa parte da administração pública simplesmente não existia. Diversos setores administrativos tiveram que ser construídos da estaca zero, além de que tal administração não conseguiu ser desenvolvido a ponto de abraçar completamente a periferia do país, que consistia boa parte da população burquinabê, e que já era um problema antes da chegada de Sankara (Harsch, 2017, p. 52). Houve avanços significativos, porém insuficientes nesse quesito.

A condição econômica do país também mostrou ser um grande empecilho para o desenvolvimento das políticas Sankaristas. Assim como seus predecessores, o Burkina Faso continuou dependendo bastante de ajuda econômica externa, principalmente da França, apesar de ter tido alguns sucessos em diversificar sua matriz econômica (Harsch, 2017, p. 68). Para isso, diversas medidas foram adotadas. Uma reorganização do sistema tributário e uma alocação das instituições responsáveis por cobrar os impostos mostrou ser bastante eficiente na arrecadação (Harsch, 2017, p. 71). Além disso, sessões públicas para discutir o orçamento anual, e maneiras de se arrecadar e economizar foram organizadas em um sistema aparentemente parecido a uma democracia direta (Harsch, 2017, p. 68-69).

O regime, apesar de não alcançar o êxito em diversos setores, definitivamente conseguiu alavancar o sentimento de orgulho em sua identidade africana. Não necessariamente conseguiu consolidar uma identidade burquinabê, mas a penetração, mesmo que superficial, do Estado na periferia, o fato de que geograficamente as fronteiras do Burkina Faso eram menos artificiais que as fronteiras de seus vizinhos africanos, e a relativa estabilidade das relações entre as diferentes tribos que conviviam no país, criaram um cenário propício para essa identificação com suas raízes africanas, que posteriormente se desenvolveu em um projeto de identificação ao seu país no entendimento de se sentir burquinabê (Harsch, 2017, p. 80).

Os problemas cresceram ao longo dos anos do governo, evidenciando uma certa incapacidade política de continuar mobilizando as massas *ad eternum*, além de não conseguir controlar a ala mais conservadora, o que causou um racha entre ela, que se aproximava cada

⁵ Doravante, utilizaremos Burkina Faso para nos referirmos ao novo contexto do país

vez mais de Blaise Compaoré, e a ala mais conciliadora, a qual Sankara fazia parte (Harsch, 2017, p. 100). Compaoré, inclusive, já era observado por alguns do entorno da presidência como uma pessoa que nutria de fortes ambições pessoais, mostrando-se reluzente em ter que declarar seus bens em passadas investigações de corrupção (Harsch, 2017, p. 102).

De forma geral, o aspecto mais conciliador e liberal de Sankara, demandando pelo reemprego de profissionais demitidos, de liberar prisioneiros ou de acolher fugitivos políticos foram nutrindo, pela ala autoritária, uma sensação de que Sankara estava sendo sentimentalista demais, e que isso possivelmente seria um problema para a manutenção da ordem no país (Harsch, 2017, p. 104).

Não é clara a influência de forças externas para o golpe que seguiria em outubro de 1987 (Harsch, 2017, p. 99), mas as ligações de Compaoré com diversos países que tinham relações esfriadas, e por vezes tensas com o Burkina Faso, parecem ser indícios de que sem apoio externo, o golpe possivelmente não teria ocorrido ao menos tão cedo (Harsch, 2017, p. 105). Dessa forma, segundo o autor, em 15 de outubro de 1987, Sankara é assassinado com outras possíveis resistências das forças armadas, seguido de um anúncio da dissolução do CNR, e o novo governo de um novo Fronte Popular encabeçado por Compaoré.

Compaoré nega ter demandado o assassinato de Sankara, mas é entendido que mesmo que isso seja verdade, ele pelo menos sabia que o assassinato ocorreria de uma forma ou de outra (Harsch, 2017, p. 106). A morte de Sankara foi recebida com surpresa e ódio, principalmente pelos cidadãos da capital, e apesar do nome Fronte Popular, Compaoré inicialmente não conseguiu alavancar o apoio popular que ele visava (Harsch, 2017, p. 106). A morte de Sankara marcou o final de quatro anos de um regime que trouxe novas perspectivas internas e externas para um país que sobreviveu seus primeiros anos de independência. Seu papel como líder era tamanho, que a revolução basicamente girava em torno de sua imagem. Apesar de inicialmente o novo Fronte Popular dizer que não terminaria com a revolução, a ausência desse líder carismático encarnado por Sankara apagou a chama revolucionária que havia sido acesa no país (Harsch, 2017, p. 108).

3.3 BLAISE COMPAORÉ: UMA AUTOCRACIA VELADA

Aquele que nutria fortes ambições pessoais e havia liberado Sankara da prisão, anos antes, finalmente se encontra no cargo mais alto do país. Sustentado por uma mistura inicial de manutenção das políticas sociais bem-sucedidas por seu predecessor, e uma inclinação de jogo político pragmático, em que permitiu proximidades com setores mais conservadores da sociedade (Harsch, 2017, p. 109), Blaise Compaoré conseguiu se perpetuar nesse cargo por 27

anos, sendo quase duas vezes mais longo que Lamizana, até então o segundo presidente mais longo desde a independência do Burkina Faso. Apesar de inicialmente dizer querer continuar com a política revolucionária de Sankara, não demorou muito para que seu regime passasse a censurar qualquer tipo de apoio e menção ao seu predecessor (Harsch, 2017, p. 110).

Simultaneamente, uma mudança gradual para uma política versada para as classes sociais mais abastadas foi feita, deixando de lado as conquistas que o governo de Sankara havia obtido na integração da periferia. Compaoré, por exemplo, restituiu a autoridade dos chefes tradicionais, que haviam sofrido grandes derrotas durante o governo de Sankara (Harsch, 2017, p. 111). Houve também uma guinada completamente oposta ao seu predecessor na maneira como a economia era vista. Tendo Sankara incentivado uma diversificação econômica dentro do Burkina Faso, tentando evitar a influência de instituições econômicas externas, Compaoré não demorou para começar a planejar ajustes estruturais na economia nacional com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, instituições que Sankara se recusava cogitar trabalhar em conjunto (Harsch, 2017, p. 111). O combate à corrupção, que começou a se intensificar durante o governo de Sankara, foi desmantelado:

Carros luxuosos da Mercedes Benz, que haviam virtualmente desaparecido durante o governo de Sankara, voltaram a circular nas ruas. Construções de casas luxuosas voltaram a ser feitas. O próprio Compaoré é um exemplo dessa opulência ao iniciar a construção de um novo palácio presidencial e ao adquirir um jato de luxo, previamente usado por Michael Jackson (Harsch, 2017, p. 111, tradução nossa).

Inicialmente, planos para assassinar Compaoré foram feitos, principalmente por simpatizantes de Sankara, mas esses planos nunca tiveram sucesso ou sequer saíram do papel, tendo em vista a presença de agentes duplos nas reuniões de planejamento. Diversos aliados de Sankara foram tirados de seus postos e executados, além de passarem por processos de humilhação pública. Os postos mais importantes no regime de Compaoré foram oferecidos a militares de sua confiança, ou então a membros de sua família, como o cargo de chefe das relações exteriores, ocupado por um dos primos de Compaoré (Harsch, 2017, p. 114). Os primeiros anos serviram para que Compaoré conseguisse estabilizar seu poder no país, chegando no início da década de 1990 sem oposição, seja política ou militar, permitindo-o se perpetuar no poder, apesar das instabilidades que viriam nas décadas seguintes.

O início dos anos 1990 foram marcados pelo final da Guerra Fria, e especialmente na África por movimentos de democratização que derrubaram autocracias militares duradouras. Entre 1990 e 1995, o número de estados africanos com eleições competitivas subiu de 10 para 38, um aumento absoluto em um continente marcado por governos militares e por Estados

unipartidários (Harsch, 2017, p. 115). Burkina Faso e o regime de Compaoré também foram afetados por essas mudanças. Porém, a transição do Fronte Popular para um sistema multipartidário foi feita de forma que Compaoré conseguisse se perpetuar no poder, estabelecendo a necessidade de uma nova constituição em 1990, porém uma constituição que basicamente segue seu entendimento de democracia, sendo aprovada em junho de 1991 (Harsch, 2017, p. 118). Essa quarta constituição em 30 anos marcou uma guinada para os valores ocidentais de liberdade de expressão, direitos humanos e liberalismo econômico, que ganhavam força com o final da Guerra Fria. Apesar de trazer pontos positivos, sobretudo nos direitos e liberdades pessoais, ela ainda possuía muitas ambiguidades que seriam usadas por Compaoré posteriormente.

Diferentes partidos foram surgindo ao perceber que o Fronte Popular perderia a dominância política no Burkina Faso, e foram demandando uma administração de transição para as eleições presidenciais que ocorreriam em breve, o que foi rapidamente negado por Compaoré, que comprou o silêncio de alguns dos partidos oferecendo cargos ministeriais a líderes partidários (Harsch, 2017, p. 119). A fratura existente entre os partidos de oposição que sobraram, e a inquietação de que essas eleições poderiam ser fraudadas, levaram a uma candidatura única de Compaoré para a presidência, resultando na sua eleição em dezembro de 1991, com um total de 86% de votos, mas uma taxa de abstenção de 75%, criando a análise interna de uma eleição deslegítima (Harsch, 2017, p. 120). As eleições legislativas eram vistas com mais otimismo pela oposição, mas logo essa esperança foi esmagada, quando o partido do governo conseguiu obter a maioria dos assentos. Com um partido forte, uma oposição desacreditada e fraturada, uma nova constituição que dava grandes poderes ao executivo, coalizões ocasionais para passar a impressão de inclusão, alianças com os chefes tradicionais, um mecanismo de venda de cargos em troca de apoio e um forte aparelho repressor ao seu lado, Compaoré conseguiu de fato consolidar as bases para seu governo (Harsch, 2017, p. 122) se reelegendo em 1998 com 87% dos votos em uma eleição que contou com 43% de abstenções.

Já no início do século XXI, em 2002, reformas do sistema político são pensadas devido a um recuo da vantagem do partido do governo nas eleições legislativas, o que é visto com bons olhos pela oposição, que enxergava uma possibilidade de vitória nas eleições presidenciais de 2005, possibilidade frustrada com a consagração de mais uma reeleição de Compaoré, indo para seu terceiro mandato (Harsch, 2017, p. 138), e consolidando ainda mais suas bases políticas com a vitória de seu partido nas eleições legislativas de 2007. Entretanto, o crescimento do aparato estatal, a profissionalização de certos atores, e o distanciamento das elites tornaram o

campo político do Burkina Faso muito lamacento para as bases que aparentavam ser sólidas para a perpetuação de Compaoré (Harsch, 2017, p. 139).

Consolidam-se com essas características os protestos populares. As ruas se tornaram o ambiente para mobilizar as insatisfações do povo, desde corrupção, até injustiças. Se no início do regime de Compaoré, os sindicatos receberam alguns incentivos para não serem abertamente contra o regime, os anos 2000 foram bem mais intensos nesse assunto. A repressão contra opositores trouxe insatisfação tanto do lado do povo, quanto de certas instituições ocidentais ligadas aos direitos humanos, afetando a percepção estrangeira do regime de Compaoré, e afetando indiretamente as demandas sindicais (Harsch, 2017, p. 175). O reconhecimento de erros em protestos passados fez com que a população burquinabê passasse de demandar melhoras pontuais em certos setores da sociedade, para demandar mudanças mais estruturais de longo prazo, que envolveriam reformulações do sistema político em sua totalidade (Harsch, 2017, p. 175).

A tradição de protesto, antes basicamente limitada à capital, Ouagadougou, foi expandida para outras cidades que cresceram desde a segunda metade dos anos 1990, expandindo a importância desses protestos nacionais, que agora passavam a representar parcelas da população que antes não participavam desses protestos (Harsch, 2017, p. 176). Os movimentos estudantis passam a ter um papel cada vez mais preponderante nesses protestos, tendo em vista a capacidade organizacional superior em relação à dos sindicatos (Harsch, 2017, p. 177). Ainda assim, o papel dos protestos dos trabalhadores e dos sindicatos é preponderante. Entre 2001 e 2007, 12 greves gerais foram organizadas demandando melhores condições salariais, baixa de preços, fim de privatizações, entre outras considerações (Harsch, 2017, p. 181). Soma-se a isso um ressurgimento das ideias Sankaristas nos anos 2000 sobretudo em jovens, tendo desdobramentos culturais e influenciando muitos a protestarem (Harsch, 2017, p. 183).

Internacionalmente, a primavera árabe, em 2011, também trouxe novos desdobramentos para essa onda de protestos, que eclodiram com os atores já citados, mas também com atores antes pouco envolvidos em protestos, como os agricultores do setor algodoeiro, e outros setores que não eram necessariamente organizados, mas que constantemente se encontravam nas ruas, como a própria polícia (Harsch, 2017, p. 188). Os protestos foram evoluindo nos anos subsequentes.

Seguido à sua terceira reeleição em 2010, e rumo ao seu quarto mandato consecutivo, Compaoré e seus aliados buscavam uma maneira de driblar a cláusula constitucional que impedia um quinto mandato. Um de seus então aliados, Roch Marc Christian Kaboré, chegou

a dizer que qualquer cláusula que limitasse a quantidade de mandatos seria uma cláusula antidemocrática (Harsch, 2017, p. 191), levando a uma onda de críticas, tanto de partidos políticos, quanto da sociedade, que com os protestos pós-2011, não permitiram mudar a cláusula que limitasse esses termos.

O declínio do reinado de Compaoré aparentava estar próximo. Em 2013, os aliados de Compaoré tentaram estabelecer o senado como uma nova casa do legislativo, com o objetivo posterior de mudar o limite de mandatos, jogada que é rapidamente entendida pela oposição, que clama por protestos, os quais tem grande adesão, tendo reunido 50.000 manifestantes em Ouagadougou, inaugurando uma nova onda de protestos contra essa medida que era vista como um “golpe constitucional” (Harsch, 2017, p. 196-197). Inicialmente, Compaoré tentou afetar a força desses protestos fechando universidades e tentando desmobilizar os trabalhadores, mas os protestos já estavam fortemente organizados, abrangendo muitas esferas da sociedade civil que clamavam por uma mudança no governo. O projeto de criação de senado ainda tentou seguir em frente, mas atores que teoricamente teriam direito a cadeiras nessa casa se recusaram a nomear seus parlamentares, dificultando ainda mais a concretização do plano de permanência de Compaoré no poder (Harsch, 2017, p. 199). No final, apesar do projeto de senado nunca ter sido de fato cancelado, ele nunca de fato foi concretizado.

Entre 2013 e 2014, ondas de protestos continuaram acontecendo à medida que as eleições presidenciais se aproximavam. Em um último suspiro, Compaoré tenta legitimar uma mudança na cláusula de limite de mandato por meio de um referendo em outubro de 2014, gerando extrema desconfiança por parte da população e da oposição, que promoveram manifestações cada vez mais violentas no final de outubro de 2014 (Harsch, 2017, p. 208). A marcha para Ouagadougou levou milhares de pessoas para a capital, recebidas com gás lacrimogênio, e posteriormente tiros pelas forças da ordem, mas que não têm sucesso em frear os manifestantes insatisfeitos. Sem saída, no dia 30 de outubro de 2014, Compaoré fez duas declarações contraditórias, uma em que declara estádio de sítio, e outra em que não declara, sem anunciar sua resignação em nenhuma delas (Harsch, 2017, p. 208). O então chefe das forças armadas, General Honoré Traoré anunciou uma dissolução do governo e o estabelecimento de uma administração de transição com todos os partidos (Harsch, 2017, p. 208).

No dia seguinte, 31 de outubro de 2014, Compaoré fugiu do país, e se exilou na Costa do Marfim, com o apoio de tropas francesas. Nesse novo vácuo de poder, o general Traoré se autoproclama chefe interino de estado, porém sem apoio algum de outras esferas sociais (Harsch, 2017, p. 209). Efetivamente, ele chega a presidir o país por somente algumas horas. Apesar de um militar ter assumido interinamente o poder, a força do povo nunca teve tanta

importância para a mudança de governo na história do Burkina Faso. A quantidade de esferas sociais e organização ao longo das últimas décadas tornaram a situação insustentável para Compaoré, que em momentos de seu regime, teve todas as ferramentas, e poder político, para se perpetuar *ad eternum* no poder.

3.4 TRANSIÇÃO PARA UM NOVO FUTURO

Ao molde estadunidense, onde a existência de um inimigo se faz necessária para o desenvolvimento coeso de sua política, os protestos massivos no Burkina Faso possuíam a mesma fraqueza: uma vez o inimigo derrotado, não havia como unir tantos setores com princípios e ideias tão antagonistas. Os protestos foram fundamentais para o fim do regime de Compaoré, mas eles não conseguiram se manter unidos e organizados no processo de transição de governo (Harsch, 2017, p. 211). De imediato, o general Traoré tentou se tornar o interino, porém sem endorso militar, que passa a endorsar o coronel Yacouba Isaac Zida, recebido com apreensão pelos partidos políticos, que não queriam que os militares se apropriassem da vitória popular (Harsch, 2017, p. 212). Esse descontentamento leva o coronel Zida a anunciar que estaria consultando o quanto antes maneiras de fazer uma transição aceitável. A partir disso, a presidência transitória do país vai para Michel Kafando, um diplomata aposentado que logo após assumir o cargo, nomeia Zida como seu primeiro-ministro, mantendo a presença militar durante o processo de transição (Harsch, 2017, p. 213).

Tal processo, no entanto, foi longe de ser estável. A presença de um não-insurgente ocupando essa presidência, mesmo que interina, desagradou boa parte da ala revolucionária dos manifestantes, e a presença militar trazia opiniões diversas, ânimos que tanto Zida, quanto Kafando tiveram que trabalhar para apaziguar (Harsch, 2017, p. 214-215). O objetivo principal desse governo de transição era organizar o quanto antes uma eleição, agendando a eleição para outubro de 2015, que acabou sendo adiada devido a uma tentativa de golpe de Estado que não conseguiu respaldo doméstico e internacional em setembro de 2015. Finalmente, a eleição ocorreu em novembro de 2015, consagrando Roch Marc Christian Kaboré como novo presidente do Burkina Faso, com 53,6% dos votos em primeiro turno, em uma eleição com 40% de abstenções, e enxergada domesticamente e externamente como limpa. Seu principal adversário, Zéphirin Diabré, logo aceitou a vitória de Kaboré, o que corroborou com a transparência do processo eleitoral. Kaboré tomou posse em 29 de dezembro de 2015, sendo o primeiro presidente civil eleito democraticamente desde a independência do Burkina Faso. Tanto Kaboré, quanto Diabré, no entanto, fizeram parte em algum momento do círculo político de Compaoré (Harsch, 2017, p. 224), sendo Kaboré um dos responsáveis por cogitar em certo

momento a possibilidade de Compaoré tentar um quinto mandato. Ainda assim, sua desvinculação de Compaoré anos antes dos protestos massivos, a suposta identificação do seu partido com a social-democracia e a expertise em administração que ele adquiriu durante o governo de Compaoré o tornou uma figura forte o suficiente para concorrer ao cargo de presidente.

Entretanto, parecia que a administração de Compaoré continuava vigente. Durante eleições legislativas e municipais, figuras da antiga política conseguiram se eleger para cargos usando o “poder do dinheiro”, demonstrando que o dinheiro continuava regendo a dinâmica política do Burkina Faso (Harsch, 2017, p. 226). Em 2016, menos de um mês após a posse de Kaboré, uma nova variável do jogo político nacional se estabelece, com um ataque terrorista em Ouagadougou, onde três integrantes do Al-Qaeda do Magrebe Islâmico mataram 30 turistas em um hotel-restaurant burquinabê (Harsch, 2017, p. 227), trazendo o terror para a população local, que agora passaria a viver sob uma ameaça que já afetava os países vizinhos, mas não havia ainda chegado ao Burkina Faso. Ataques continuaram acontecendo em território nacional, e em novembro de 2016, surge o primeiro grupo jihadista burquinabê, que organizou ataques matando soldados, professores e políticos locais (Harsch, 2017, p. 227), mostrando os limites das forças armadas nacionais em desenvolver um sistema de segurança contra ameaças internas e externas.

Esse embate entre forças jihadistas e as forças armadas do Burkina Faso continuaram ocorrendo ao longo do mandato de Kaboré, que conseguiu se reeleger em 2020, com 57% dos votos, porém perdeu sua projeção política devido à intensificação dos atentados terroristas. Entre 2015 e 2021, os ataques atribuídos aos insurgentes jihadistas foram se intensificando cada vez mais, causando a morte de aproximadamente 2.000 pessoas, e o deslocamento de 1,4 milhão de habitantes de suas casas (Le Monde, 2021). O estopim se deu no ataque de Inata, uma cidade ao norte do país, próxima à fronteira com o Mali, onde forças jihadistas conquistaram a última guarnição militar controlada pelos militares burquinabês, causando 57 mortes, das quais 53 militares (Le Monde, 2021), e que não recebiam reabastecimento alimentar e de equipamento militar por pelo menos 2 semanas (RFI, 2021). A situação em que essas vidas foram perdidas causaram na população e nos militares uma sensação de abandono contra a ameaça terrorista por parte de Kaboré, sendo destituído de seu cargo a partir de um golpe de Estado em 24 de janeiro de 2022 organizado pelo tenente Paul-Henri Sandaogo Damiba, dissolvendo o governo, a Assembleia Nacional e suspendendo a constituição (Le Monde, 2022), marcando o fim do que seria o mais próximo de uma democracia aos moldes ocidentais que o Burkina Faso viveu nos seus últimos 60 anos.

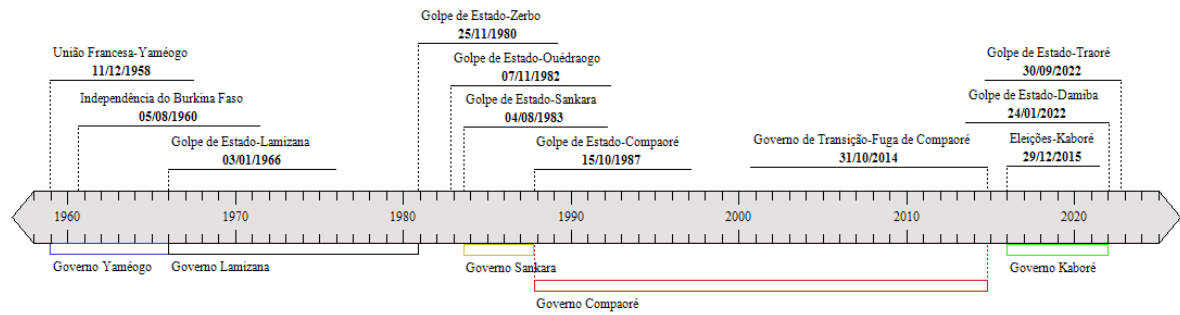
3.5 GOLPES DE ESTADO: OS MILITARES DE VOLTA AO PODER

O fim do governo de Kaboré trouxe um novo processo de transição no Burkina Faso. Damiba se tornou o presidente de transição (Burkina24, 2022), e o golpe de estado foi visto positivamente pela população (RTBF, 2022), que aterrorizada pelo aumento na quantidade de ataques jihadistas, e a falta de esperança de uma resolução desses conflitos sob o regime de Kaboré, enxergaram a chegada dos militares como uma opção para combater o que se tornou a mais importante questão pública na vida dos burquinabês. O embate entre o medo e a esperança levou o povo burquinabê a sonhar com um futuro no qual a questão do terrorismo deixasse de ser uma preocupação.

Entretanto, Damiba se mostrou incapaz de reverter a situação do combate ao terrorismo, tornando-se rapidamente impopular entre a população e os militares. Em 12 de setembro de 2022, ele se atribuiu o cargo de ministro da defesa (Le Monde, 2022). Alguns oficiais, sobretudo os jovens e aqueles nas linhas de frente, entenderam esse movimento mais como uma questão de objetivo pessoal do que de fato uma medida política necessária para o combate ao terrorismo, culminando no dia 30 de setembro de 2022 em um segundo golpe de Estado em menos de um ano, dessa vez dirigido pelo capitão Ibrahim Traoré, que participou do golpe de janeiro de 2022, mas estando na linha de frente, viu-se cada vez mais descontente com as atitudes de Damiba. Traoré se tornou o novo presidente da transição, muito criticado pelo ocidente, mas aclamado pela população, que tendo mais de 40% de seu território sob controle de forças não-estatais, e com a falta de perspectiva de apoio das forças ocidentais, invadiram parcialmente a embaixada e institutos franceses no país, demonstrando sua insatisfação com a presença estrangeira no Burkina Faso (TV5MONDE, 2022).

Conforme analisado, percebe-se que o Burkina Faso entra em um novo capítulo de sua história, e um novo desdobramento da guerra ao terror que foi desenvolvida desde 2016. A seguir, apresentamos um resumo da linha do tempo dos governos do Burkina Faso até o presente.

Figura 1-Linha do Tempo das mudanças de governo no Burkina Faso durante sua história independente



Fonte: Elaboração própria, 2025

4 A POLÍTICA EXTERNA DO BURKINA FASO

Com uma linha histórica desenhada, e compreendendo as mudanças de governo na história do Burkina Faso desde sua independência, este capítulo se dedicará agora à análise da condução da política externa do país e seus pontos de ruptura ao longo dos governos previamente estudados.

4.1 PRIMEIRAS DÉCADAS E ALINHAMENTO PROGRESSIVO COM O OCIDENTE

Sob o regime de Yaméogo, o Burkina Faso nasceu como país independente em uma situação minimamente particular. Desde seus primeiros momentos, foi buscado para integrar a União dos Estados Africanos com Gana, Mali e Guiné, mas, ao mesmo tempo, procurou uma saída para manter boas relações com o ocidente. Inicialmente pareceu que o Burkina Faso tentou aplicar uma política similar a uma equidistância pragmática (Relações Exteriores, 2020), onde de imediato ele não tomou um lado claro, mas continuou negociando com todos os lados buscando aproveitar ao máximo as negociações com ambos: aliados da França de um lado, como a Costa do Marfim e a própria França, e opositores do ocidente de um outro, como Gana. Não estranhamente, um homem que abertamente dizia que seu regime era um bastião anticomunista para combater Nkrumah, presidente de Gana (Harsch, 2017, p. 22), passou parte de seu governo negociando com o próprio Nkrumah.

A capacidade de articular com todos os lados permitiu que Yaméogo mostrasse inicialmente uma vontade de desenvolver uma política externa independente da França (Mazrui, 2019, p. 55). Apesar de não ter aceitado a independência da França, em 1958, como fez a Guiné, assim que Burkina Faso se tornou independente, passou a ser o único país que aceitou fazer parte da comunidade francesa, mas que recusou fazer parte da rede de defesa francesa (Quigley, 1962, p. 346). Esse detalhe, inclusive, lhe rendeu uma viagem a Washington, em 1965, visando pedir auxílio militar aos Estados Unidos representando os interesses de antigas colônias francesas que haviam entrado na rede de defesa francesa, e por isso não possuíam propriedade para solicitar assistência militar aos estadunidenses (Harsch, 2017, p. 22). Dessa forma, Yaméogo buscou estabelecer vínculos que fossem nessa direção, sem descartar nenhuma opção. Em seu governo, ele fez parte dos Doze de Brazzaville, um grupo moderado de novos países da África que buscavam uma maneira de reger as relações entre eles, em oposição ao grupo de Casablanca, que defendeu uma visão anticolonial, anti-imperialista e em oposição ao neocolonialismo (Quigley, 1962, p. 347), grupo ao qual a Gana de Nkrumah fez parte. Mesmo com essas oposições cristalinas de visão de mundo, Yaméogo conviveu e

dialogou com membros do grupo de Casablanca, recebendo líderes desse grupo em Ouagadougou por diversas ocasiões (Lejeal, 2002, s.p).

Em 1962, essa equidistância se deteriorou com a aproximação gradual de Yaméogo com seu equivalente, Félix Houphouët-Boigny, presidente da Costa do Marfim e um dos líderes africanos mais próximos da França na época. Dessa forma, a normalização das relações entre Burkina Faso e a França, e a intensificação dos laços com o ocidente ocorreu de uma maneira acelerada, de forma que Yaméogo concluiu em 1964 alguns acordos militares com a França, além de se tornar o primeiro líder africano a receber um convite para visitar Washington, em 1965, onde ele disse ser anticomunista (Harsch, 2017, p. 22). Ainda em 1965, Yaméogo fez um acordo com Houphouët-Boigny sobre planos de dupla-nacionalidade entre Burkina Faso e a Costa do Marfim, consolidando o Burkina Faso na esfera de influência da Costa do Marfim, que por si era uma representante dos interesses franceses na África⁶. É nessa conjuntura, de uma proximidade relativa com a França, que Yaméogo é derrubado do poder em 1966.

A chegada de Lamizana ao poder pouco mudou a orientação política do Burkina Faso, para não dizer que concretamente, não houve mudanças quando comparado ao final do regime de Yaméogo. Durante a década de 1970, períodos de fome assolaram o país, forçando Lamizana a buscar ajuda internacional para tentar combater essa situação (Harsch, 2017, p. 30). É durante o regime de Lamizana que tensões com o Mali, país vizinho, começaram a surgir devido a uma disputa fronteiriça entre as duas nações, cobiçada pela riqueza mineral. Esse conflito teve desdobramentos em 1975 (Harsch, 2017, p. 32), marcando uma relação conturbada entre o Burkina Faso e o Mali, que já tinham um histórico de relações tensas desde a recusa do Burkina Faso em integrar a União dos Estados Africanos, mas que não afetaram o plano maior do entendimento do Burkina Faso quanto aos seus vizinhos. Concretamente, a passividade interna de Lamizana também pode ser vislumbrada externamente. Um ponto interessante de sua política externa é a presença do Burkina Faso como membro-fundador da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (BBC, 2025), que parece remeter a uma tentativa de integração no continente africano, mas que, na prática, pouco interferiu na condução da política externa, exceto pelo fato de criar uma abertura para o início de relações comerciais com a China e os países árabes (Le Faso, 2016).

Seus sucessores entre 1980 e 1983, primeiro Zerbo, e depois Ouédraogo mantiveram a política externa de Lamizana. Pode-se entender que o fato de ambos terem individualmente

⁶ Félix Houphouët-Boigny fez parte do parlamento francês e de diversas outras instâncias governamentais durante a Quarta República Francesa. Era aquele que melhor representava os ideais de Charles de Gaulle na África (Mazrui, 2019).

passado menos de dois anos no poder, em circunstâncias bastante instáveis, provavelmente contribuiu para que naquele momento, esses governantes tivessem outros objetivos em mente além de reconduzir a política externa do país. Entretanto, esse ponto é de certo modo intrigante, tendo em vista a proposta inicial revolucionária de Ouédraogo. Durante a presidência de Ouédraogo, Sankara foi nomeado ao cargo de primeiro-ministro, e sob esse cargo ele visitou repetidamente países que iam na direção oposta do alinhamento com o ocidente que Burkina Faso vinha desenhando desde sua independência.

Dessa forma, durante o regime de Ouédraogo, em 1983 Sankara visitou a Líbia, que rendeu uma visita de Muammar Gaddafi em Ouagadougou alguns meses depois. Sankara também visitou a Coreia do Norte, e começou a conseguir apoio de alguns líderes revolucionários internacionais, como Fidel Castro, além de declarar ser simpatizante ao movimento dos não-alinhados, apoiando forças rebeldes em El Salvador e na Nicarágua (Harsch, 2017, p. 45). Apesar de não ser possível dizer que o posicionamento político de um primeiro-ministro seja suficiente para determinar a política externa de um país, sobretudo em um regime onde a figura do presidente acumula muito mais poder do que o primeiro-ministro, é possível entender que essa mudança repentina na condução da política externa por uma figura relevante, trouxe desconforto nos setores mais conservadores do governo de Ouédraogo, representantes dos interesses estrangeiros no país, o que resultou na destituição e prisão de Sankara, ainda em 1983. Posteriormente, Sankara revelou que Jerry Rawlings, então presidente de Gana, participou politicamente e diplomaticamente para o fortalecimento das forças revolucionárias que concretizaram a chegada de Sankara ao poder, ainda em agosto de 1983 (Harsch, 2017, p. 48), revelando o impacto das visitas de Sankara durante seu cargo de primeiro-ministro, tendo em vista a proximidade de Rawlings com posicionamentos panafricanistas e críticas ao neocolonialismo que vinha sendo imposto, por exemplo, no Burkina Faso.

Em linhas gerais, a política externa do Burkina Faso durante o governo de Ouédraogo, mesmo que oficialmente pareça ter sido alinhada aos seus antecessores, definitivamente nutre uma grande importância nos desdobramentos da sua queda, e no governo do seu sucessor, Thomas Sankara.

4.2 SANKARA: UM GIRO DE 180°

Já sob a gestão de Sankara, o Burkina Faso teve uma política externa completamente nova. Sankara era um orador contundente, e durante seu governo ele proferiu diversos pronunciamentos ao povo burquinabê, mas também à comunidade internacional em âmbitos diversos, o que é uma grande ajuda para o entendimento de como Sankara enxergava a

condução dessa política externa. O já explorado “Discurso de Orientação Política” traz elementos internos e externos para o que foi a visão Sankarista. A luta contra o neocolonialismo se tornou um elemento chave dessa guinada. Se foi possível enxergar em Houphouët-Boigny um sucessor das ideias sobre a África do presidente francês Charles de Gaulle (Mazrui, 2019, p. 62), houve em Sankara um sucessor das ideias de Nkrumah. Dessa forma, uma postura internacionalista passa a ser adotada, colocando os interesses nacionais como prioridade.

Ele lutou pelo direito de paz na Nicarágua; pelo fim do regime do Apartheid na África do Sul; por medidas unidas para repudiar as dívidas que os países de terceiro mundo tinham com bancos e governos imperialistas; por medidas concretas a favor de movimentos nacionais de liberação, desde o Congresso Nacional Africano na África do Sul e o Frente Polisário na Saara Ocidental, até a Organização de Liberação Palestina e a Frente de Libertação Nacional Kanak e Socialista na Nova Caledônia. Ele defendeu as relações estabelecidas entre o Burkina Faso e Gana, que assim como o Burkina Faso, vinha sendo um alvo de hostilidade por Washington, Londres, Paris e o FMI (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 4, tradução nossa).

Durante seus quatro anos de governo, Sankara visitou Cuba duas vezes, onde recebeu a Ordem José Martí, a qual ele viu como um gesto simbólico que demonstrava o apoio político de Cuba para o Burkina Faso (Sankara, 1984, p. 4). Em paralelo, viagens à Costa do Marfim são canceladas por ordem de Houphouët-Boigny (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 4), demonstrando um distanciamento das relações com a Costa do Marfim, e por consequente, com a França, desenvolvidas nas últimas décadas. Em junho de 1984, ele fez uma longa visita a países africanos, passando pela Etiópia, Angola, Congo, Moçambique, Gabão e Madagascar, representando na África a luta contra o neocolonialismo, eixo que Sankara foi se tornando cada vez mais preponderante como grande figura para além do próprio continente africano. Em outubro do mesmo ano, Sankara foi aos Estados Unidos, onde fez uma série de discursos, seja em galerias de artes, onde ele comentou sobre a importância da cultura, seja em escolas, onde ele abordou a questão do neocolonialismo (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 80).

Finalmente, ele discursou na Assembleia Geral da ONU, onde ele disse ter somente dois objetivos: mostrar a vontade do povo burquinabê, e falar como representante do povo do dito “terceiro mundo” (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 86). Suas palavras foram contundentes em associar o Burkina Faso a esse terceiro mundo, que em seus termos, não passava de uma forma de controle intelectual cultural, econômico e político pelas potências estrangeiras (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 86). Além disso, Sankara abordou na Assembleia a ideia econômica da ajuda externa, que ele via como sem sentido nos moldes que ela era feita na época: o que teoricamente devia servir como ajuda para o desenvolvimento, dificilmente servia a esse

propósito, segundo ele. Sankara, usando as palavras de Jacques Giri, um estudioso da economia no Sahel, discursou que a única função dessa ajuda externa era basicamente desenvolver setores improdutivos, impondo pesados fardos às economias, aumentando os déficits na balança de pagamentos e acelerando a dívida dos países que recebem tais ajudas (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 88-89). Sankara não descartou as ajudas financeiras externas, mas defendeu que a maneira que elas estavam sendo formuladas as tornavam mais em estorvos do que ajudas.

Ainda nesse discurso, Sankara explora outros pontos pertinentes ao movimento dos não-alinhados, como a questão da Palestina, da Nicarágua, de Mayotte, e outras regiões que ele entende como oprimidas pelo sistema neocolonial, talvez a mais importante sendo o caso da Nova Caledônia, território francês que a França digeriu muito mal a crítica de Sankara a favor da independência de tal território. É interessante que ele abordou nesse discurso a questão da mulher, oferecendo a experiência de emancipação feminina que vinha sendo desenvolvida sob seu governo. Outros pontos essenciais que delimitaram a visão de política externa de Sankara foram o pedido de suspensão de Israel e a expulsão da África do Sul, ainda sob o regime de *apartheid*, da ONU, pontos que já vinham sendo explorados pelo movimento dos não-alinhados. Finalmente, ele defendeu o fim do direito ao veto pelos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, questionando a validade desse mecanismo, exemplificado pelo questionamento da falta de uma voz africana dentro desse seleto grupo (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 98). De modo geral, o discurso proferido por Sankara desenha com bastante contundência características de uma política externa independentista que ele buscou desenvolver ao longo de seu governo.

Como já citado, Sankara estreitou suas relações com Cuba, que ajudou frequentemente o Burkina Faso, porém aos moldes defendidos por Sankara em seu discurso na Assembleia Geral da ONU. Dessa forma, voluntários cubanos foram enviados em novembro de 1984 para uma massiva campanha de vacinação contra a febre-amarela, meningite e sarampo, campanha que teve grande sucesso, com a vacinação de 2,5 milhões de crianças (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 5, o que equivalia a basicamente $\frac{1}{3}$ da população burquinabê de 7,7 milhões de habitantes em 1984 (Banco Mundial, 2025). Ainda nessa conjectura da saúde, graças a uma parceria com programas da ONU, o Burkina Faso conseguiu finalmente controlar a questão da oncocercose em 1987, uma doença que assolou o país, e que não era controlada desde 1974, quando as primeiras tentativas foram feitas (Benton; Marr; Liese; Wilson, 1991, p. 3).

Sankara adotou uma relação fria com a França, que passou a organizar uma campanha para manchar a reputação do capitão, com uma série de artigos jornalísticos publicados pelo

jornal francês *Figaro*, denunciando supostas atrocidades cometidas por Sankara (Le Monde Diplomatique, 2021). Houve também uma redução em 80% da ajuda econômica proveniente da França para o Burkina Faso entre 1983 e 1985 (Bouamama, 2014, s.p), demonstrando que o afastamento entre as duas nações foi recíproco, e condizente com a vontade de Sankara. Em 1985, o Burkina Faso reacendeu sua tensão fronteiriça com o Mali, o que Brian Peterson, estudioso americano, entende como uma tentativa de desestabilizar o Burkina Faso organizada pelos regimes africanos próximos de Paris (2021, p. 229-230), e que posteriormente agentes da CIA evidenciaram que essa tensão foi uma tentativa de Bamako em tentar desencadear um golpe de estado no Burkina Faso (Le Monde Diplomatique, 2021).

De certa forma, é possível entender que com Sankara no poder, o Burkina Faso se inseriu concretamente na conjuntura internacional, e que as relações antes não tão bem estabelecidas ficaram claras durante seu governo. Há um alinhamento claro com uma tendência internacional, nesse caso, o movimento dos não-alinhados. Seu discurso contra o neocolonialismo nos moldes de Nkrumah (1967), em que o inimigo é uma força estrangeira que conseguiu alienar as elites políticas internas para trabalharem em prol dos interesses estrangeiros, confrontava a perspectiva sobretudo francesa para com suas antigas colônias africanas. Sua desvinculação das instituições financeiras internacionais, no sentido de não aceitar empréstimos de instituições que ele entende como neocolonialistas, nesse caso o FMI e o Banco Mundial, é algo que foi contra as tendências construídas nos regimes anteriores.

Dessa forma, o assassinato de Sankara, em 1987, criou a desconfiança de uma possível intervenção externa. Uma investigação foi realizada, mas Compaoré a encerrou no início de seu governo e que foi reaberta somente em 2015, durante o governo de transição. A investigação encontrou diversos elementos que apontavam uma vontade externa no assassinato do capitão Thomas Sankara, mas não conseguiu concluir em definitivo quais eram os atores envolvidos, devido à recusa de outros países em compartilhar seus arquivos secretos sobre o caso. Há elementos que ligam o seu assassinato a países africanos, como a Costa do Marfim - país que nutriu um esfriamento das relações com o Burkina Faso após a chegada de Sankara, e onde Compaoré se refugiou em 2014 - e a Libéria, mas também possui elementos que ligam à França⁷ e até os Estados Unidos (Le Monde Diplomatique, 2021). No contexto da Guerra Fria, onde a intervenção externa se tornou um elemento intrínseco da geopolítica mundial, o assassinato de

⁷ De acordo com Harsch, a França já parecia ter alguma relação com a remoção de Sankara do cargo de primeiro-ministro, ainda em 1983, durante o governo de Ouédraogo, antes mesmo da revolução de agosto ter acontecido, e ele suspeita que Jacques Foccart, um agente chave da inteligência francesa com muitos vínculos na África poderia ter conhecimento do plano de assassinato, e talvez até ter participado no desenvolvimento desse plano.

Sankara continua mergulhado em dúvidas, sem conseguir definir de onde de fato veio a ordem para a sua morte, e apesar de elementos indicarem uma interferência externa, dificilmente parece que a morte desse líder será elucidada.

4.3 COMPAORÉ E O PROTAGONISMO REGIONAL

Se Sankara representou uma mudança radical na condução da geopolítica do Burkina Faso, Compaoré definitivamente representou outro momento de mudança. Internacionalmente, apesar de inicialmente dizer que iria continuar com a linha anti-imperialista sankarista, três dias após seu golpe ele se encontrou com oficiais franceses e reestabeleceu as relações com a França (Harsch, 2017, p. 110). As relações com os Estados Unidos que estavam esfriadas desde 1987, quando Sankara rompeu com o FMI (Le Monde Diplomatique, 2021), também foram reestabelecidas em 1988 (Harsch, 2017, p. 110).

Regionalmente, países vizinhos que haviam se mostrado hostis com o regime de Sankara, como a Costa do Marfim e Togo (Harsch, 2017, p. 99), rapidamente reestabeleceram vínculos próximos ao regime de Compaoré. Esses laços são evidenciados pelo fato de Houphouët-Boigny, ainda presidente da Costa do Marfim, ser sogro de Compaoré, e pela presença do presidente do Togo como convidado honorário nas comemorações da Independência em agosto de 1988, em Ouagadougou. Em oposição, a parceria com Gana, fortalecida durante o governo de Sankara, foi rapidamente desmantelada, mantendo somente os vínculos mínimos necessários entre as duas nações (Harsch, 2017, p.111).

Imediatamente, em 1988 houve uma demanda por apoio para o FMI quanto a um empréstimo para a agricultura, desencadeando em uma série de empréstimos vindos dos institutos financeiros internacionais, no retorno de ajuda financeira por parte da França, e na assinatura de acordos bilaterais com outros doadores do ocidente (Harsch, 2017, p. 141), contrariando a política internacional econômica que Sankara defendia.

No emblemático caso do assassinato do jornalista Norbert Zongo, em 1988, que investigava outro assassinato, associado ao irmão de Compaoré, analistas ficaram perplexos com a falta de um posicionamento sólido por parte da França em relação à questão dos direitos-humanos que haviam sido infringidos pelo regime de Compaoré (AFP, 2023), demonstrando a forte relação que o governante havia desenvolvido com a França. Essa relação é ampliada com a morte de Houphouët-Boigny, representante dos interesses franceses no continente africano. Compaoré, nesse sentido, é visto com bons olhos por Paris para preencher a lacuna deixada por Houphouët-Boigny, e ele aproveitou esse apoio francês para se consolidar regionalmente como

um “homem da paz”, aquele que serviu como mediador para os conflitos que surgiram na região (Le Faso, 2016).

Não obstante, Compaoré mediou acordos de paz entre diversas nações, seja como presidente do Burkina Faso, seja como representante da CEDEAO ou da OUA, organizações de cunho de integração regional que Compaoré utilizou para reforçar seu papel de mediador. Dessa forma, ele negociou acordos de paz entre o Mali/Niger e grupos tuaregues, entre 1990 e 1991 (Compaoré, 2018); no Togo, entre 1993 e 2010, onde ele mediou para facilitar o diálogo na sociedade togoleza (Diallo; Gnamke; Maïga, 2014); na República Centro africana, em 1998; no conflito entre a Eritreia e a Etiópia, a pedido do presidente estadunidense Bill Clinton, em 1998; na Líbia, no caso Lockerbie⁸, também em 1998; no processo de pacificação da Libéria, entre 1998 e 2000; na negociação de um acordo de paz entre o governo do Chad e o Movimento para a Democracia e a Justiça no Chad, em 2003; na Costa do Marfim, onde ele pacificou as tensões políticas entre diferentes atores políticos, em 2007; na mediação de um acordo de paz entre o governo de transição do Mali e grupos armados separatistas, em 2013 (Compaoré, 2018).

Essa série de mediações consolidou a imagem de homem da paz que Compaoré buscou ser associado. Entretanto, como disse Louise Arbour, presidente da ONG *International Crisis Group*, para o *Herald Tribune*, em 2009, “Blaise Compaoré, ele mesmo sendo um soldado golpista e pai político de Charles Taylor, não é a melhor pessoa para pregar pelas virtudes da democracia e do poder civil” (Survie, 2010). Dessa forma, nas mediações que ele fez ao longo de seu governo, sua figura já estava inserida em diversas dessas crises antes mesmo delas eclodirem (Le Faso, 2016). Ele era suspeito de estar envolvido em conflitos armados e tráfico de armas em países que passavam por embargos de armas, como na Costa do Marfim, em 2011, onde apoiava o grupo rebelde; também era suspeito de apoiar grupos rebeldes em Serra Leoa, na Libéria, e de supostamente apoiar a UNITA, em Angola; de supostamente apoiar os rebeldes tuaregues no Mali e no Niger (Le Faso, 2016).

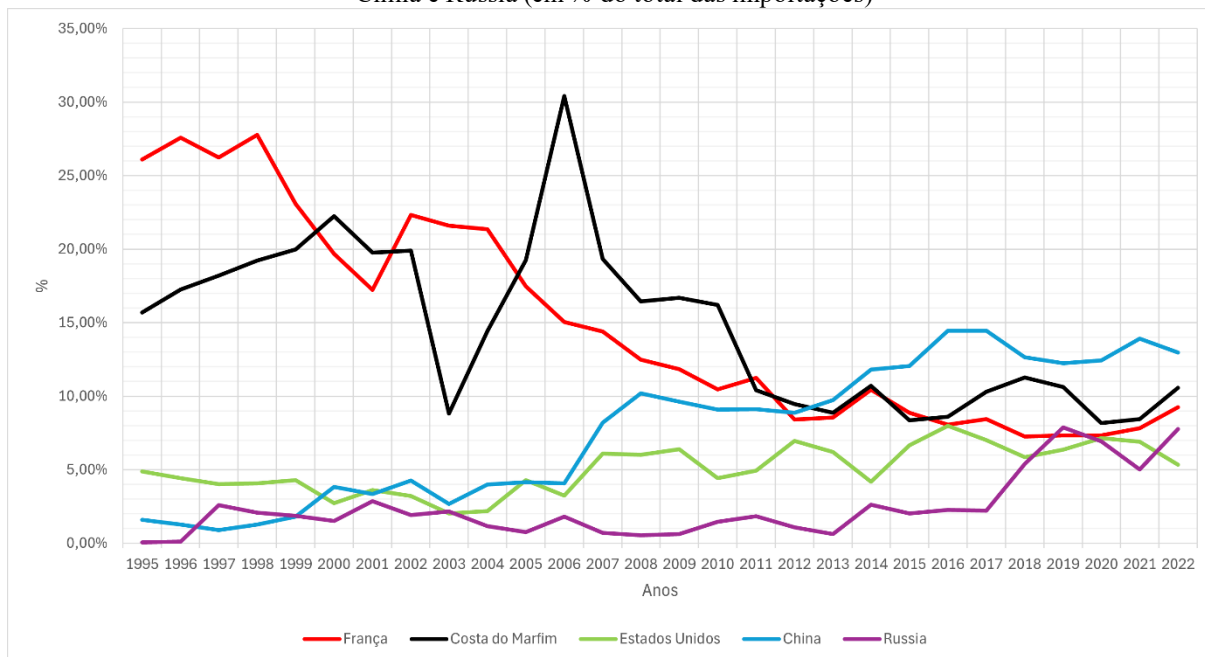
Outra característica essencial do governo de Compaoré, sobretudo na relação com a França, é a Operação Sabre. Essa operação ocorreu em um contexto maior da Guerra no Sahel, envolvendo os países do Sahel, e grupos armados jihadistas, que não cabe ser explorado nesse trabalho. O essencial é que, a partir da Guerra no Sahel, a França passou a ter uma presença

⁸ Sendo chefe da OUA, Compaoré intervém no caso Lockerbie, um atentado que ocorreu com a explosão de um avião em voo, vitimando 270 passageiros (259 em voo, 11 no solo), ao convencer Gaddafi para entregar dois líbios suspeitos de terem participado desse atentado. Posteriormente, novas investigações indicaram que o atentado pouco tinha a ver com a Líbia, mas sim provavelmente com o Irã.

militar cada vez maior nos países do Sahel, com a premissa de combater os grupos que cometiam ataques terroristas nesses países, o que por si demonstra uma interferência militar francesa em suas antigas colônias, uma perpetuação do neocolonialismo. No Burkina Faso, a operação Sabre iniciou em 2009, com a instalação de uma força tarefa de algumas centenas de soldados franceses próxima de Ouagadougou (La Croix, 2023), para dar apoio às forças policiais de países vizinhos ao Burkina Faso, tendo em vista que os primeiros ataques jihadistas ocorrem no Burkina Faso somente em 2016. Durante o regime de Compaoré, essa força tarefa foi utilizada na Mauritânia e no Mali, além de ter um importante papel na fuga do próprio Compaoré para a Costa do Marfim ao final de seu governo, dando apoio logístico ao governante (La Croix, 2023).

Dessa maneira, Compaoré passou seu governo conciliando essas duas imagens: a de um mediador, homem da paz, a qual ele passava para o ocidente buscando validação do seu regime enquanto consolidava uma certa liderança do Burkina Faso na região, mas também a de um catalisador de conflitos, que era enxergado como perigoso por diversos de seus vizinhos, sobretudo no final de seu governo. Essa dualidade entre as facetas de Compaoré marcam um período da política externa burquinabê onde o país se inseriu com bastante eficácia nas dinâmicas de um mundo que saía da guerra fria, e entrava num acelerado processo de globalização, onde as relações comerciais entre as nações foram se diversificando cada vez mais. Se em 1995, aproximadamente 41% das importações do Burkina Faso eram oriundas da França e da Costa do Marfim, em 2014, último ano do governo de Compaoré, somente 21% das importações eram provenientes desses países, caracterizando uma maior diversificação e participação dos parceiros econômicos do Burkina Faso nessa nova conjectura desenvolvida durante o governo de Compaoré (WITS, 2025).

Gráfico 1 - Importações do Burkina Faso, entre 1995 e 2022, com a França, Costa do Marfim, Estados Unidos, China e Rússia (em % do total das importações)



Fonte: Elaboração própria, 2025

Se os primeiros 23 anos da história independente do Burkina Faso foram marcados por uma política de boa vizinhança no plano regional e um alinhamento progressivo com a França no plano internacional, configurando uma política externa bastante conservadora, o governo de Compaoré marcou uma política externa muito mais agressiva e incisiva quanto os seus interesses, o que pôde ser visto pela dualidade que Compaoré representava regionalmente e internacionalmente. São nessas condições que o Burkina Faso se encontrava em 2014, na véspera do fim do regime de Blaise Compaoré.

4.4 RETORNO AO PASSADO

O governo de transição, entre 2014 e 2015, liderado por Kafando e Zida, pouco teve a oportunidade de lidar com a política externa, tendo como focos principais a transição para um governo democrático e a realização de eleições. Porém, em setembro de 2015 houve uma tentativa de golpe para derrubar o governo de transição, que fracassou devido à condenação imediata por atores estrangeiros, como a França, os Estados Unidos e a UA (Harsch, 2017, p. 218). A partir dessas condenações, é possível entender que os principais atores que apoiavam anteriormente o governo de Compaoré, apoiavam o governo de transição que se encaminhou para novas eleições democráticas.

A chegada de Kaboré ao cargo de presidente, nas vésperas de 2016, marcou, no entanto, uma reconversão da política externa do Burkina Faso, tanto em relação à Sankara, quanto em relação à Compaoré. A presença regional do Burkina Faso passou a ter outra faceta. Há um certo retorno a uma política de boa vizinhança da segunda metade do século XX. Kaboré com um novo problema interno para resolver, a questão da guerra ao terror que se instaura em território burquinabê em 2016, buscou respostas tanto internamente quanto externamente. Quanto às possibilidades externas, em 2017, o Burkina Faso, com o Níger e o Mali, criou uma força tarefa multinacional visando combater os grupos terroristas na região da tríplice fronteira entre as três nações (RFI, 2017), que infelizmente não colheu resultados expressivos, tanto que na década de 2020, os três países passariam por golpes de Estado.

Outro ator importante na guerra ao terror de Kaboré foi a, já citada, operação Sabre. Inicialmente com a proposta de dar apoio às forças nacionais, a força tarefa da operação Sabre foi bastante criticada internamente pelo povo burquinabê, sendo acusada de ser a causa dos infortúnios, e até de estar indiretamente armando os grupos jihadistas (Shurkin, 2023, s.p). Essa mobilização contra a presença militar francesa no Burkina Faso é um elemento essencial para o distanciamento progressivo da relação dos dois países, um movimento que não é exclusivo do Burkina Faso, tendo em vista que seus vizinhos passaram por situações parecidas.

Regionalmente, no entanto, Kaboré mostrou uma certa preocupação em reforçar suas relações bilaterais. Além da criação da força tarefa multinacional, a relação mais importante regionalmente é indubitavelmente com a Costa do Marfim. A partir do gráfico 1, é possível observar que ao longo do governo de Compaoré, a Costa do Marfim é um dos principais parceiros comerciais do Burkina Faso, e essa tendência continuou durante o governo de Kaboré. No entanto, Kaboré e Compaoré são figuras diferentes que possuem relações diferentes com o vizinho marfinense. Com a fuga de Compaoré, abrigoando-se na Costa do Marfim, houve no início do governo de Kaboré uma tensão com o vizinho, já que havia um pedido de detenção de Compaoré, o qual a Costa do Marfim se recusou a extraditar (Le Faso, 2016). Dessa forma, Kaboré se empenhou na normalização das relações com a Costa do Marfim, inclusive devido ao grande contingente de burquinabês que residem naquele país, o que em caso de tensão entre as duas nações, poderia gerar uma crise humanitária envolvendo esses imigrantes.

Nos meses e anos seguintes, uma série de acordos bilaterais foram assinados entre os dois países, buscando normalizar as relações que potencialmente poderiam se desviar do curso da normalidade. Em uma visita em 2018 à Yamoussoukro, capital administrativa da Costa do Marfim, Kaboré destacou que, o fato dos países estarem assinando tantos acordos significava

que avanços entre eles estavam acontecendo, e que o progresso dessa relação continuaria (Costa do Marfim, 2018).

Essa normalização das relações demonstrou um recuo quando comparado à política externa incisiva de Compaoré, e é nesse sentido que se entende um retorno a um padrão parecido com o que se via sobretudo no governo de Lamizana. O Burkina Faso, que havia conquistado um certo protagonismo regional, acabou precisando recuar dessa posição para enfrentar novas problemáticas que surgiram no país. A questão jihadista, no contexto maior da guerra no Sahel, trouxe para o Burkina Faso uma necessidade logística e militar que o país por si só não teve capacidade de suprir, e por isso o papel diplomático desempenhado anteriormente foi sendo gradualmente apagado, em detrimento de uma tentativa de promover uma certa cooperação entre países que passavam por situações semelhantes, no mesmo ritmo que alocavam parte de seu papel de segurança a potências estrangeiras, nesse caso a França.

Tal retomada, inclusive, pode ser compreendida como um retorno no âmbito militar ao neocolonialismo de Nkrumah. Não que durante Compaoré tivera um distanciamento, até porque a própria operação Sabre se instaurou no Burkina Faso durante seu governo. Mas se durante Compaoré, a força tarefa francesa não atuou concretamente no território do Burkina Faso, durante Kaboré ela atuou, e normalmente pensando primeiro nos interesses franceses, para depois, ocasionalmente, cuidar dos interesses burquinabês, gerando insatisfação nos setores sociais do país, que insatisfeitos com a situação da segurança nacional e a aparente ineficácia dos soldados franceses, apoiaram os golpes que vieram em 2022.

4.5 OS GOLPES DE 2022 E O PAPEL DA RÚSSIA

A insatisfação com a presença militar francesa no Burkina Faso criou um lapso militar no combate ao terrorismo. Não à toa, esse foi o principal motivo por trás dos sucessivos golpes ocorridos em 2022 no país. Desses golpes, ficou evidente um novo ator que no final da década de 2010 passou a se tornar cada vez mais presente no continente africano, e veio a se consolidar no início da década de 2020. Nesse sentido, a Rússia de Vladimir Putin passou a ser um ator essencial na guerra do Sahel, e no Burkina Faso. Concretamente, o Burkina Faso possuía uma relação comercial com a Rússia desde os tempos da União Soviética, mas que com sua dissolução, esfriaram (Rússia, 2025).

Houve uma reaproximação nesse sentido em 2005, resumindo-se a uma relação estritamente comercial. A partir de 2017, uma intensificação dessa relação pode ser observada a partir da própria agenda do Ministério Exterior russo, que teve encontros com representantes do Burkina Faso em duas ocasiões ainda neste ano (Rússia, 2025). Essa intensificação é

evidenciada no gráfico 1, onde é possível observar que em 2017, a Rússia representou 2,20% das importações burquinabês, em 2018 representou 5,40%, e em 2019 representou 7,88%, sendo um aumento de 3,5 vezes em um curto espaço de 2 anos. Ainda em 2019, essa intensificação foi representada por uma nota oficial do ministério do exterior, condenando um ataque terrorista ocorrido no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, sendo a primeira vez que a Rússia se pronunciou publicamente acerca da questão do terrorismo no Burkina Faso (Rússia, 2025).

Essa relação, outrora improvável, definitivamente tem um papel fundamental na construção do primeiro golpe em janeiro de 2022, já que Damiba anteriormente sugeriu ao presidente Kaboré a possibilidade do grupo Wagner⁹ intervir para auxiliar as forças burquinabês no combate ao terrorismo, sugestão que foi rapidamente recusada por Kaboré, que usou a visão do ocidente acerca do grupo Wagner como argumento para sua rejeição (DW, 2022). Dessa forma, quando Damiba executou o golpe de Estado dias depois, enquanto o ocidente lamentou o ocorrido, atores russos rapidamente demonstraram entusiasmo com o golpe. Prigozhin, em um comentário na rede social russa *VK*, disse que o golpe se tratava de uma “nova era de descolonização” na África (DW, 2022). Inicialmente, Damiba não fez apelo aos russos, o que levou a protestos por parte da sociedade burquinabê, que enxergava nos russos uma possível solução para a crise de segurança no país, aclamando pela presença russa, enquanto pediam pelo fim da presença francesa (Le Faso, 2022). Posteriormente, em setembro, Damiba se encontrou com o ministro do exterior russo, Serguei Lavrov, para reforçar ainda mais as relações entre os dois países, porém essa tratativa chegou tardiamente, tendo em vista que no dia 30 de setembro de 2022, Ibrahim Traoré executou outro golpe de Estado, derrubando Damiba, um movimento amplamente condenado pelo ocidente e pela CEDEAO, porém aclamado pela população que queria a aproximação com a Rússia, aproximação concretizada com Traoré, que disse querer trabalhar com novas parcerias internacionais que colaborassem com a questão da segurança dentro do Burkina Faso (BBC, 2022). Essa proximidade com a Rússia é observada a partir de discursos feitos por Traoré, como o discurso proferido na cúpula África-Rússia, em julho de 2023:

Acontece que aqui (Rússia), nós podemos lavar nossa roupa suja, já que aqui nos sentimos em família. Esse sentimento familiar é porque a Rússia é uma família para a África. É uma família porque possuímos as mesmas histórias (...). Nós possuímos a mesma história no sentido que somos os povos esquecidos do mundo. Nos livros de história, em documentários ou filmes,

⁹ Entende-se o grupo Wagner como o grupo paramilitar russo liderado por Yevgeny Prigozhin, que já havia feito uma intervenção no Mali em 2021.

tendemos a varrer o papel preponderante da Rússia e da África (...). Estamos aqui juntos para conversar sobre o futuro de nossos povos, o futuro do mundo livre que aspiramos, esse mundo sem ingerências de nossas políticas externas. Temos as mesmas perspectivas e eu desejo que essa cúpula seja a ocasião perfeita para tecer boas relações visando o futuro de nossos povos. (Traoré, 2023, s.p, tradução nossa).

Rapidamente, houve uma desmobilização das forças francesas, as quais são efetivamente trocadas por forças russas, em um movimento justificado pelo combate ao neocolonialismo.

Quanto ao Burkina Faso, nós estamos sendo confrontados, há mais de oito anos, pela forma de manifestação mais bárbara, mais violenta, do neocolonialismo, do imperialismo. A escravidão ainda é imposta sobre nós. Não queremos que os outros sintam pena de nós. O povo burquinabê decidiu lutar contra o terrorismo para ser capaz de relançar seu desenvolvimento. Nessa luta, o povo corajoso pegou em armas para lutar contra o terrorismo. (...) é decepcionante, porque na Europa, quando um povo pega em armas para defender sua pátria, eles são tratados de patriotas (...). Quando nosso povo decide se defender, nos tratam de milícias. O problema não é esse. O problema é ver que chefes de Estado africanos que não apoiam esse povo que luta, chamam-no da mesma forma que os imperialistas: de milícias, nos tratando de humanos que não respeitam os direitos humanos. De que direitos humanos estamos falando? (...) Nós, chefes de Estado africanos, temos que parar de nos comportar como marionetes que dançam cada vez que os imperialistas puxam as cordas. (...) Devemos nos apropriar dessa experiência, (...), tecer boas relações aqui (na Rússia) e as aprimorar ainda mais, garantindo as necessidades de nossas populações. (Traoré, 2023, s.p, tradução nossa).

Quanto ao plano regional, o Burkina Faso acompanhou o Mali e posteriormente, em 2023, seria acompanhado pelo Níger. A guerra do Sahel possui desdobramentos essenciais para a compreensão da dinâmica da região, mas por se tratar de um conflito que ainda ocorre atualmente, e por extrapolar o recorte temporal sugerido, não será explorado com contundência. Há, no entanto, um recorte claro na região entre os países que passaram por golpes de estado, notadamente o Burkina Faso, Mali e Níger, que passam a integrar uma dinâmica regional única a esses países, e os outros países que adotaram uma dinâmica condenatória a essa série de golpes, notadamente os países membros da CEDEAO, comunidade a qual ambos Burkina Faso, Mali e Níger faziam parte, mas posteriormente se desvincularam (BBC, 2025).

5 RELAÇÃO ENTRE AS MUDANÇAS E A POLÍTICA EXTERNA

A partir do extensivo estudo acerca das condições materiais, sociais, financeiras e políticas no Burkina Faso, foi possível situar as mudanças de governo ao longo de sua história, desde a independência até 2022. Foi também possível localizar as principais rupturas na história da política externa do Burkina Faso. Resta entender se é possível enxergar uma relação entre esses dois fenômenos.

Ao analisar o regime de Yaméogo, (1960-1966), é possível entender seu governo a partir de uma lente externa inicial de uma certa equidistância regional, em que ele vai costurando acordos tanto com o Gana anti-neocolonial de Nkrumah (Mazrui, 2019, p. 51), quanto com a Costa do Marfim neocolonial de Houphouët-Boigny (Mazrui, 2019, p. 63). Nos últimos momentos de seu governo, foi possível observar um alinhamento maior de interesses com a Costa do Marfim, o que indiretamente representou um alinhamento com a antiga metrópole francesa (Mazrui, 2019, p. 63). Ainda assim, essa equidistância inicial permitiu que o Burkina Faso seguisse uma relativa boa vizinhança regional com seus vizinhos, além de buscar uma política um pouco mais independente da França, em relação a outras antigas colônias francesas (Mazrui, 2017, p. 55). Nesse caso, é importante retomar as ideias da *Postcolonie* de Mbembe (2000), no sentido que a revolta social popular, o fator humano, foi muito mais importante para a queda de Yaméogo do que os laços de “pai e filho” entre Burkina Faso e a França. A insatisfação dos setores populares, sobretudo trabalhistas, foram o motor do primeiro golpe de Estado na história independente do Burkina Faso.

Cabe lembrar que a tradição militar no governo burquinabê se iniciou na recusa do então comandante das forças armadas, Lamizana, a dispersar as manifestações contestando o governo de Yaméogo (Harsch, 2017, p. 25), angariando apoio popular em volta da imagem dos militares, e do próprio Lamizana. Não cabe a esse estudo o desenvolvimento de uma história contrafactual, mas é possível imaginar que caso a população não tivesse apoiado as forças armadas nesse momento preambular da história do Burkina Faso, talvez a instituição militar não tivesse tanta força quanto teve ao longo dessa história.

A política externa acabou tendo um papel aparentemente secundário na queda de Yaméogo e na ascensão de Lamizana, o qual pouco mudou sua abordagem em relação ao seu antecessor. Durante seu longo governo de quase 15 anos (1966-1980), Lamizana continuou tentando manter laços de boa vizinhança regionalmente, apesar de um breve conflito com o Mali, em 1975 (Harsch, 2017, p. 32).

Internacionalmente, e sobretudo em relação à França, há um aprofundamento dessa relação neocolonial, que já havia começado a ser desenvolvida no final do governo de

Yaméogo, sobretudo na imagem da relação com a Costa do Marfim. Internamente, isso pode ser entendido pela perpetuação dos problemas estruturais que já existiam sob Yaméogo, relacionados sobretudo a ineficácia do aparato estatal, consequência de fatores já explorados. Entre eles, a corrupção generalizada, incentivada por agentes externos, demonstra com exatidão o funcionamento do que posteriormente Sankara (1983) chamaria de inimigos do Burkina Faso. A alienação da alta burguesia burquinabê aos interesses estrangeiros se acentuou cada vez mais sob o regime de Lamizana, denotando o neocolonialismo que se desenvolveu sem freios no Burkina Faso. A substituição das instituições coloniais por instituições neocoloniais, passando pela perpetuação de atores que já se encontravam no poder antes mesmo da independência são elementos cruciais para o entendimento de como o neocolonialismo fincou fortes raízes durante o governo de Lamizana, e como esse fenômeno atende interesses externos.

Apesar do papel aparentemente secundário da política externa na queda de Yaméogo e na posterior queda de Lamizana, ela é diretamente central para a erosão dos interesses dos setores sociais, que se viram prejudicados por basicamente qualquer ação que o governo burquinabê tomou durante esse período, quase sempre alinhado a interesses externos. O que faltava para popularizar essa visão era alguma figura denotar essa característica, para conseguir exteriorizar os problemas do Burkina Faso para além da própria estrutura interna. Não é somente a conjuntura interna que gerou as insatisfações populares: a própria conjuntura interna era resultado de uma conjuntura externa em moldes neocoloniais, que criavam condições para a perpetuação dessa situação. Lamizana, assim como Yaméogo, não caiu diretamente devido a política externa, mas é explícito o papel externo na construção de uma elite política que prejudicava os interesses do povo, e gerava uma crescente insatisfação popular, e até militar, que levaram ao fim de seu regime.

Quanto ao governo de Zerbo, que durou pouco menos de dois anos, não cabe uma interpretação dissonante de seus predecessores. Primeiro por ele não ter tempo hábil para imprimir qualquer mudança basal na condução da política externa, visto que seu foco era em outros setores. Segundo que seu governo não pareceu interessado em formular uma correlação entre os problemas internos com a influência externa. Zerbo pareceu mais preocupado em apaziguar os ânimos internos com ações contra a população, dispersando manifestantes insatisfeitos com o governo. Aqui, novamente, vale lembrar a importância de Mbembe (2000) e sua ideia complementar ao neocolonialismo – sobre a importância da sociedade e do povo, sem ter se preocupado com a perpetuação dos absurdos políticos presentes na elite política local (Harsch, 2017, p. 35).

Entretanto, começa-se a ter um desenvolvimento do pensamento, a partir da retomada das ideias de Nkrumah (1967) e outros pensadores panafricanistas, de que essa série de conjunturas internas podiam ser consequências de uma política externa. Nesse sentido, apesar da queda de Zerbo, em 1982, e a ascensão de Ouédraogo pouco ter concretizado inicialmente uma mudança no panorama político externo, definitivamente a ascensão de certos grupos inicialmente apoiadores à Ouédraogo surgem como uma consequência da ascensão desses ideais. É nessa conjuntura que Sankara e seus ideais ganham força em setores da sociedade. Apesar de Ouédraogo em si não ter marcado uma ruptura com seus antecessores, sua queda é intrinsecamente ligada à falta dessa ruptura. Tendo nomeado Sankara primeiro-ministro, e tendo este primeiro-ministro feito viagens a diversas nações que insatisfaziam o núcleo conservador político no Burkina Faso, que representavam os interesses neocoloniais, sobretudo franceses, rapidamente há uma dissonância crescente dessa elite com o setor militar progressista encabeçado por Sankara (Sankara; Waters; Prairie, 1988, p. 2). É dessa dissonância que Sankara é preso, revoltando setores populares que viam nas atitudes de Sankara a tentativa de mudanças internas a partir de mudanças na própria política externa. Se antes de Ouédraogo parece ser possível afirmar somente a existência de uma relação indireta entre a política externa e a mudança de regimes, a queda de Ouédraogo deixou muito claro que há uma relação direta entre esses dois fenômenos.

Com a chegada de Sankara ao poder, em agosto de 1983, houve uma primeira grande ruptura na condução da política externa do Burkina Faso. Passou-se de uma política externa conservadora para uma independentista. Houve um alinhamento claro com interesses que vão na direção oposta dos interesses franceses e ocidentais. Sankara representou um movimento de emancipação da imagem do Burkina Faso, que até então era visto como somente mais um país na África. O Burkina Faso passou a conduzir abertamente um discurso anti-neocolonial, baseado nos termos de Nkrumah (1967), questionando aspectos basais do próprio sistema internacional, como a relação das potências ocidentais com o que Sankara chamou de terceiro-mundo. Nesse sentido, fica cristalizado esse questionamento com o alinhamento aberto de Sankara ao movimento dos não-alinhados, o questionamento da intervenção das potências estrangeiras em países que pouco deviam saltar aos olhos de tais potências, a questão palestina, da emancipação dos povos, da mulher, entre outros fatores que marcaram um novo discurso na história do Burkina Faso.

Se internacionalmente, o Burkina Faso assumiu um papel novo, regionalmente há também uma mudança nos termos das relações existentes. O apoio vocal de Sankara a movimentos revolucionários esfriaram relações que vinham se desenvolvendo por anos, como

a com a Costa do Marfim, e reataram laços que haviam sido deteriorados, como o caso de Gana. Essa inversão, quase de ponta à cabeça, demonstra um alinhamento da política internacional geral com a política internacional regional. Tendo um viés independentista, Sankara tentou romper com os mecanismos externos que impediam o desenvolvimento interno do Burkina Faso. Há pela primeira vez um entendimento no governo dessa conexão concreta entre o externo e interno. A recusa em depender do FMI e do Banco Mundial demonstra, financeiramente, como esse entendimento acontece. O esfriamento da relação com a própria França, basicamente uma das maiores fontes econômicas do Burkina Faso, demonstra essa tentativa em se desvincular de interesses externos para desenvolver uma infraestrutura interna que não dependesse somente de interesses externos. Houve concretamente uma política externa voltada para os interesses do Burkina Faso, interesses do povo burquinabê – não à toa é com Sankara que se inicia esse processo de identificação com uma nova cultura burquinabê.

Essa ruptura é definitivamente a causa de sua queda, em 1987. Apesar de ter anteriormente sido abordada a investigação acerca do assassinato de Sankara, e concluído não ter chegado a um veredito sólido, sobretudo quanto aos atores externos envolvidos em sua morte, a nova ruptura feita por Compaoré, a partir de 1987, corrobora que existiam insatisfações externas em relação ao posicionamento adotado por Sankara. Dessa forma, a rápida normalização das relações com o ocidente e com a Costa do Marfim trazem uma ideia do retorno aos moldes neocoloniais que Sankara buscou destruir durante seu governo. Apesar de ser possível esse entendimento, a política externa de Compaoré não é um retorno ao pré-Sankara. Houve um novo entendimento do papel do Burkina Faso, talvez até pelo papel de porta-voz de uma ideia independentista que Sankara representou durante sua vida. Por isso que Compaoré não retornou completamente ao pré-Sankara. Compaoré tentou, até para a sua própria sobrevivência política, interna e externamente, tornar o Burkina Faso em um ator essencial na região que validasse os interesses externos.

A ideia do Burkina Faso como mediador foi consequência de uma política incisiva e agressiva de Compaoré para propulsionar o Burkina Faso a uma espécie de líder diplomático regional, sustentado externamente pelo ocidente, sobretudo França e Estados Unidos. Nesse sentido, por meio do apoio externo, Compaoré conseguiu se consolidar como um ator central nas dinâmicas relacionais entre os países da região. Essa relação de mediação, no entanto, não é exatamente do modo que Compaoré tentou mostrar, tendo em vista a própria relação que Compaoré tem com os conflitos que ele mediou, tendo sido catalisador direto ou indireto em muitos deles.

Internacionalmente, o alinhamento com a França pode ser observado pelo simples fato da presença de forças especiais francesas em território burquinabê, algo que é basicamente impensável ao considerar a política externa defendida por Sankara. Esse rápido alinhamento sustentou a coluna vertebral do governo de Compaoré, que se encontrou em uma posição confortável para ditar a política externa do modo que ele entendia ser mais propício, destacando os interesses estrangeiros. Portanto, é essencial compreender que Compaoré marcou uma segunda grande ruptura na condução da política externa no Burkina Faso.

Sua queda, no entanto, é mais facilmente entendida nos moldes da queda de Lamizana, no sentido que é resultante de um desconforto social em relação a um governo que após anos no poder, se mostrou ineficaz para a resolução dos problemas internos. Esse molde, apesar das semelhanças, ocorre em uma conjectura diferente. É importante relembrar que, anos antes, eclodiu a Primavera Árabe, movimento que serviu para criar grandes questionamentos acerca de antigos governantes que governavam por décadas, e se perpetuavam no poder, exatamente o caso de Compaoré (Harsch, 2017, p.184). Além desse fator externo ter diretamente incendiado os ânimos populares, houve uma renovação do próprio sentimento sankarista de luta contra o neocolonialismo que voltou a acender no coração da população. A insatisfação generalizada com um governo que não resolveu as questões populares, e entregou o país primeiro aos interesses externos, depois aos interesses internos, denota a importância da política externa na queda de Compaoré. Sua fuga, sustentada inclusive por forças francesas, e se refugiando na Costa do Marfim, bastião dos interesses franceses, reforçaram esses interesses externos em relação ao Burkina Faso, e como a política externa movida por Compaoré foi uma das causas de sua queda. Não cabe a análise do governo de transição entre os governos de Compaoré e de Kaboré, pelo simples motivo desse governo não ter tido a proposta de desenvolver uma política, seja interna ou externa, mas sim organizar novas eleições.

A chegada de Kaboré ao governo do Burkina Faso também marca a inauguração do terrorismo no país. Essa conjectura é inerente a uma questão regional – a guerra no Sahel – mas que assola profundamente a vida diária do povo burquinabê desde então. Entre 2015 e 2021, a questão do terrorismo causou a morte de aproximadamente 2.000 pessoas, e o deslocamento de 1,4 milhão de habitantes de suas casas (Le Monde, 2021). A segurança interna passou a ser o foco primordial nos interesses populares, e por isso, a conjectura deixada por Compaoré para Kaboré rapidamente desmorona. Ele não conseguiu sustentar o papel de protagonismo regional que Compaoré desenvolveu, retornando a uma relação regional parecida com a época de Lamizana: de boa-vizinhança.

Internacionalmente, Kaboré marcou o início de um processo que seria essencial para os golpes de 2022, o qual é a aproximação improvável do Burkina Faso com a Rússia, sendo o gráfico 1 somente um dos elementos que demonstram o aprofundamento dessa relação. Entende-se que a Rússia tentou estreitar relações com diversos países africanos nesse período, movimento que pode ser estendido ao Burkina Faso.

Nesse sentido, é no governo de Kaboré, nessa crise de segurança interna onde o alinhamento com a França se mostrou ineficaz no combate ao terrorismo, que a população se revolta e demanda por novas opções de combate ao terrorismo. Se a França não consegue resolver os problemas, então por qual motivo eles continuavam presentes no Burkina Faso? Com isso em mente, a queda de Kaboré é naturalmente consequência de um sentimento anti-França, que enxerga na Rússia uma possibilidade de propor novas perspectivas à resolução desse problema que em menos de uma década, já havia se tornado a principal fonte de insegurança em todo o Burkina Faso. A queda de Kaboré, em janeiro 2022, e a ascensão de Diamba, com um discurso pró-Rússia trouxe o início de uma ruptura na política externa do Burkina Faso, que se concretizou com o posterior golpe de Estado, em setembro de 2022, e a chegada de Ibrahim Traoré ao poder, levando à expulsão da força tarefa francesa, e a demanda por apoio russo no combate ao terrorismo.

É essencial ainda notar que apesar da ampla condenação do ocidente, inclusive da França, em relação a esses golpes de 2022, há um grande apoio popular internamente, sustentado por um contexto regional de outros países passando por movimentos parecidos, juntamente a um grande sentimento anti-ocidente, incapaz de resolver os problemas estruturais de décadas no país, mas também incapaz de resolver as novas circunstâncias entendidas pelo povo como uma certa consequência da presença estrangeira, direta e indireta, no país por tanto tempo. A inclinação para a Rússia é somente a concretização de mais uma grande ruptura na política externa no Burkina Faso, que apesar de ter sido consequência, e não origem dos golpes de 2022, era uma questão já muito levantada pela própria população burquinabê, que há muitas décadas, demonstrou o poder de suas manifestações na tentativa de obter dignidade e melhores condições de vida.

Dessa forma, seja diretamente, seja indiretamente, a condução da política externa é um elemento central no entendimento das mudanças de regime no Burkina Faso, desde sua independência, até os golpes de 2022.

Tabela 1-Características das políticas externas dos governos do Burkina Faso desde a independência até 2022

Governo	Regional	Internacional	Política Externa
Yaméogo	Equidistância Pragmática	Alinhamento com o Ocidente	Equidistância
Lamizana	Boa vizinhança	Alinhamento com o Ocidente	Conservadorismo
Zerbo	Boa vizinhança	Alinhamento com o Ocidente	Conservadorismo
Ouédraogo	Boa vizinhança	Alinhamento com o Ocidente	Conservadorismo
Sankara	Emancipatório	Não-alinhados	Internacionalismo
Compaoré	Mediação Regional	Alinhamento com o Ocidente	Protagonismo Regional Pragmático
Governo de Transição	-	-	-
Kaboré	Boa vizinhança	Alinhamento com o Ocidente	Conservadorismo
Diamba	-	Transição entre Rússia e o Ocidente	Anti-França
Traoré	Alinhamento a outros golpes de Estado	Alinhamento com a Rússia	Anti-França

Fonte: Elaboração própria, 2025

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se versou no entendimento da condução da política externa e nas mudanças de governo no Burkina Faso, desde sua independência até 2022. Nesse sentido, entende-se que foi possível encontrar um grau de relação entre as mudanças de governo e a condução da política externa. O Burkina Faso é um país pouco discutido e explorado, e desse desinteresse se cria uma tendência em categorizar o Burkina Faso em um grupo de países, sobretudo no oeste africano, permanentemente permeados por conflitos civis, com golpes de Estados militares, laços ainda coloniais, resumindo-se a somente poucos pontos reducionistas.

Mais que demonstrar que o Burkina Faso, mas também outros países da região, vão além dessa concepção reducionista, o estudo se versou em demonstrar como um país de pequenas proporções geográficas pode influenciar e ser influenciado por um conjunto de fatores elencados a partir da política externa. A partir desse instrumento que todo país soberano, teoricamente, tem acesso, é revelador entender como as dinâmicas, mesmo que nem sempre evidentes, se constroem em torno de um conceito que vai além do interno. Obviamente, o interno não é menosprezível: foi amplamente demonstrada a influência e poder da população para a concretização das mudanças ocorridas ao longo da história aqui explorada e parte do referencial teórico trabalhou em torno desta ideia.

De toda forma, a maneira como as relações são atadas e desatadas tendo em mente algum propósito que cumpra algum objetivo, podendo ser estrangeiro ou não, não se resume somente às grandes potências. Há também nas periferias do sistema atores que lutam por seus interesses, e para isso moldam seus arredores para os atingir. O Burkina Faso é um exemplo dessa perseverança e luta por dignidade humana, tramitando em diversas esferas da sociedade local, que podem não ter os mesmos pensamentos, mas compartilham de uma mesma vontade de viver e seguir em frente. Assim, um país com pouco mais de 60 anos de independência, conseguiu reunir tantas experiências – positivas e negativas – acerca de diferentes visões de mundo, diferentes perspectivas e valores, que vão além, ou por vezes são ignorados pelo resto do mundo.

Esse contexto pode ser expandido para os países que rodeiam o Burkina Faso, os quais são igualmente ignorados, e só vêm à tona em tempos de crise. Mais que crises, há pessoas lá que vivem diariamente suas vidas, que riem e choram diariamente, que tem seus próprios problemas, alegrias, circunstâncias e que não devem ser lembradas somente como a consequência de um sistema colonial que ainda parece se perpetuar seguindo os conceitos de Nkrumah. A história do Burkina Faso é uma longa história de luta que não deve ser resumida a somente uma linearidade temporal.

Quanto ao papel do Brasil em relação ao Burkina Faso, não cabe um desenvolvimento das possíveis relações entre essas duas partes nesse estudo, porém, já há uma certa relação diplomática entre as duas nações. O Brasil por meio da operação Cotton-4 + Togo desenvolvida entre 2013 e 2019, buscou apoiar o desenvolvimento do setor algodoeiro em 4 países da África, incluindo o Burkina Faso. Permeado em uma longa história de conflitos, o Burkina Faso se armou ao longo de sua história, hoje para se defender do terrorismo, mas em outros momentos para se defender de outros tipos de situações. Uma ponte interessante entre o Brasil e o Burkina Faso é o fato da frota de aviões de combate do Burkina Faso ser composta por aviões A-29 Super Tucano, produzidos pela Embraer, denotando uma relação que pode ser explorada além da área estritamente comercial em trabalhos futuros. Em uma conjectura cada vez mais distante das potências ocidentais, o Brasil pode estreitar laços com o Burkina Faso, buscando atender novos desdobramentos diplomáticos que podem dar frutos a ambos os países em quadros de cooperação Sul-Sul. Enfim, não é objetivo deste estudo essa análise, mas é interessante pensar que dois países inicialmente tão distintos, com realidades diferentes, possuem potencialidades que ainda não são exploradas ao seu máximo.

REFERÊNCIAS

AFP. **Entre la France et le Burkina, une relation historique en dents de scie**. Voa Afrique, 2023. Disponível em: <<https://www.voaafrique.com/a/entre-la-france-et-le-burkina-une-relation-historique-en-dents-de-scie/6970292.html>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

AHMED, L. B. **Le Burkina Faso et la Russie misent sur le renforcement d'une coopération "mutuellement bénéfique"**. AA, 2022. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/fr/afrique/le-burkina-faso-et-la-russie-misent-sur-le-renforcement-d-une-coop%C3%A9ration-mutuellement-b%C3%A9n%C3%A9fique/2694195>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

AU Burkina Faso, la période de transition fixée à trois ans avant des élections. **Le Monde**, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/afrique/article/2022/03/01/au-burkina-faso-le-chef-de-la-junte-fixe-a-trois-ans-la-periode-de-transition-avant-des-elections_6115637_3212.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BAILY, A. **Burkina: le putschiste Ibrahim Traoré président de la transition jusqu'en 2024**. TV5 Monde, 15 out. 2022. Disponível em: <<https://archive.wikiwix.com/cache/index2.php?url=https%3A%2F%2Finformation.tv5monde.com%2Fafrique%2Fburkina-le-putschiste-ibrahim-traore-president-de-la-transition-jusqu-en-2024-474904#federation=archive.wikiwix.com&tab=url>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BENTON, B.; MARR, D.; LIESE, B. H.; WILSON, J. S. *The onchocerciasis control program in West Africa: a long-term commitment to success (English)*. 1991. Policy, Research, and External Affairs working papers; no. WPS 740. Population, health, and nutrition Washington, D.C.: World Bank Group.

BENZAQUEN, C. **Definição de Equidistância pragmática» Dicionário de Relações Internacionais**. Relações Exteriores, s.d. Disponível em: <<https://relacoesexteriores.com.br/glossario/equidistancia-pragmatica>>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BLAISE Compaoré: la salve de Louise Arbour. **Survie**, 15 jan. 2010. Disponível em: <<https://survie.org/billets-d-afrique/2010/187-janvier-2010/article/blaise-compaore-la-salve-de-louise>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

BOUAMAMA, S. **Figures de la révolution africaine: de Kenyatta à Sankara**. Paris: Zones, 2014.

BURKINA FASO. Presidente (1983-1987: Thomas Sankara). **Discours d'orientation politique**. Ouagadougou. 2 out. 1983.

BURKINA FASO. Presidente (2022- : Ibrahim Traoré). **DISCOURS PRONONCE LE 28 JUILLET 2023 EN RUSSIE A L'OCCASION DU 2E SOMMET RUSSIE-AFRIQUE**. São Petersburgo. 28 jul. 2023.

BURKINA Faso: Des militaires prennent le pouvoir. **Burkina24**, 24 jan. 2022. Disponível em: <<https://burkina24.com/2022/01/24/burkina-faso-des-militaires-prennent-le-pouvoir/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BURKINA Faso: impuissant face aux attaques djihadistes, le gouvernement démissionne. **Le Monde**, 9 dez. 2021. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/afrique/article/2021/12/09/burkina-faso-impuissants-face-aux-attaques-djihadistes-le-gouvernement-demissionne_6105246_3212.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BURKINA Faso: le ministre de la défense limogé et remplacé par le président Damiba. **Le Monde**, 13 set. 2022. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/afrique/article/2022/09/13/burkina-faso-le-ministre-de-la-defense-limoge-et-remplace-par-le-president-damiba_6141319_3212.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BURKINA Faso: le président rejette le rapport d'enquête de l'armée sur le drame d'Inata. **RFI**, 7 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/fr/afrique/20211207-burkina-le-pr%C3%A9sident-rejette-le-rapport-d-enqu%C3%AAt-de-l-arm%C3%A9e-sur-le-drame-d-inata>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BURKINA Faso: scènes de joie à Ouagadougou après l'annonce du coup d'Etat. **RTBF**, 24 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.rtbf.be/article/burkina-faso-scenes-de-joie-a-ouagadougou-apres-l-annonce-du-coup-d-etat-10921261>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

COUP d'Etat au Burkina Faso: des militaires annoncent avoir pris le pouvoir, incertitudes sur le sort du président. **Le Monde**, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/afrique/article/2022/01/24/confusion-au-burkina-faso-apres-la-mutinerie-de-soldats-se-mutinent-dans-plusieurs-casernes_6110723_3212.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.

COSTA DO MARFIM. **COOPERATION COTE D'IVOIRE-BURKINA FASO: LE PRESIDENT BURKINABE, ROCH MARC CHRISTIAN KABORE, SATISFAIT DES AVANCEES**. Cabinet du Premier Ministre de Côte d'Ivoire, 26 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.primature.ci/actualite/?pm=9083>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

DES proches de Poutine saluent le putsch au Burkina. **DW**, 26 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/fr/burkina-faso-putsch-russie-poutine/a-60555531>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

DIALLO, O. A.; GNAMKE, E.; MAÏGA, I. **West Africa after Compaoré**. ISS Africa, 2014. Disponível em: <<https://issafrica.org/iss-today/west-africa-after-compaore#FR>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

EWOKOR, C. **Ecowas**: What changes as Burkina Faso, Mali and Niger leave the West African bloc? **BBC**, 29 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/articles/c5yv91j72eo>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

FREIRE, M.A.; VINHA, L. Política externa: modelos, actores e dinâmicas. *Política externa: as relações internacionais em mudança*, Coimbra, n. 2, p. 15-61, 1 jan. 2011.

GÉRER l'après Compaoré: Réflexion sur la "politique ivoirienne" du nouveau pouvoir burkinabè. **Le Faso**, 1 jul. 2016. Disponível em: <<https://lefaso.net/spip.php?article72063>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

HARSCH, E. **Burkina Faso: A History of Power, Protest, and Revolution**. 1. ed. London: Zed Books, 2017.

JAFFRÉ, B. **Mais qui a assassiné Thomas Sankara?** Le Monde Diplomatique, out. 2021. Disponível em: <<https://alter.quebec/mais-qui-a-assassine-thomas-sankara/>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

JONES, M. **Por que a Rússia está apoiando golpe na África**. BBC News Brasil, 10 out. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63200886>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

LANGAN, M. **NEO-COLONIALISM AND THE POVERTY OF “DEVELOPMENT” IN AFRICA**. Newcastle: Palgrave Macmillan, 2018.

LE Mali, Niger et Burkina créent une force commune pour le Liptako-Gourma. **RFI**, 25 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/fr/afrique/20170125-le-mali-niger-burkina-creent-une-force-commune-le-liptako-gourma>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

LEJEAL, F. **Le Burkina Faso**. Paris: Éditions Karthala, 2002.

MADIÉGA, G.; MASSA, G. **La Haute-Volta coloniale: témoignages, recherches, regards**. Paris: Éditions Karthala, 1995.

MADIÉGA, G. **Burkina Faso**. Cent ans d’histoire, 1895-1995. Paris: Éditions Karthala, 2003.

MANIFESTATION anti-française à Ouagadougou: « Que le lieutenant-colonel Damiba fasse appel à la Russie ». **Le Faso**, 27 mar. 2022. Disponível em: <<https://lefaso.net/spip.php?article112197>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MAZRUI, A. A. **Africa’s International Relations**. London: Routledge, 2019.

MBEMBE, A. **De la postcolonie: Essai sur l’imagination politique dans l’Afrique contemporaine**. 2. ed. Paris: Éditions Karthala, 2000.

MCKENNA, A. **Blaise Compaoré**. Britannica, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Blaise-Compaore>>. Acesso em: 18 nov. 2024.

N’KRUMAH, K. **Neocolonialismo: Último Estágio do Imperialismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PAQUIER, J. **Fin de l’opération Sabre: quinze ans de présence militaire française au Burkina Faso**. La Croix, 20 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.la-croix.com/Monde/Fin-operation-Sabre-quinze-ans-presence-militaire-francaise-Burkina-Faso-2023-02-20-1201255994/>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

PETERSON, B. J. **Thomas Sankara: A Revolutionary in Cold War Africa**. Bloomington: Indiana University Press, 2021.

POLITIQUE extérieure. **Blaise Compaore**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.blaisecompaore.com/politique-exterieure/>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

QUIGLEY, C. The Brazzaville Twelve. **Current History**, [S. l], v. 43, n. 256, p. 346–370, 1962.

RUSSIA. **Burkina Faso**. Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mid.ru/fr/maps/bf/?PAGEN_1=1>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SANKARA, T.; WATERS, M.; PRAIRIE, M. **Thomas Sankara speaks**. New York: Pathfinder Press, 1988.

SHURKIN, M. **Don't Abandon Burkina Faso**. War on the Rocks, 20 jun. 2023. Disponível em: <<https://warontherocks.com/2023/06/dont-abandon-burkina-faso/>>. Acesso em: 29 mar. 2025.

TIASSOU, K. **Le putschiste burkinabè voulait l'aide de la Russie**. DW, 27 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/fr/coup-etat-burkina-militaires-russie/a-60570225>>. Acesso em: 30 mar. 2025.

TOLEDO, A. PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A PARTE QUE NOS CABE NESSE PERCURSO. In: TOLEDO, Aureo (ed.). **Perspectivas em Relações e Decoloniais Pós-coloniais Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 19–34.